

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CENTRO SOCIOECONOMICO

ANDRIELI BARBOSA GOMES

FEMINISMO RADICAL EM TELA:
um estudo sobre os discursos de blogs brasileiros.

FLORIANÓPOLIS

2016

ANDRIELI BARBOSA GOMES

**FEMINISMO RADICAL EM TELA:
um estudo sobre os discursos de blogs brasileiros.**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela Prof^a Dr^a Teresa Kleba Lisboa.

FLORIANÓPOLIS

2016

MAJÔ

a palavra ficou nua:
sem rodeios
sem indiretas
sem dúvidas e segundas
intenções.

a palavra nua vem
sem moralismos
fala puta e buceta
sem pudor
e não pede desculpas, por favor.

os padres e padrões
se assustam
com
la mirada da mujer que
diz com los ojos
tudo aquilo que se
quer.

há quem goste e não goste
da verdade crua
da verdade nua.
Eu gosto.

Dedicatória em forma de poesia, da mulher Ingrid Maria.

AGRADECIMENTOS

Começo os agradecimentos, direcionando eles primeiramente a dona Nizinha, minha mãe libriana, mulher amável e guerreira que me deu a vida e toda coragem para enfrentar os percalços que assolam a nossa existência. No segundo momento, direciono estes agradecimentos ao meu pai Márcio e ao meu hermano Mateus, pelo riso fácil e pelo companheirismo. A eles, todo o meu amor.

Agradeço aos amigos de sempre, mas principalmente aos que construíram esse processo de formação: em especial ao meu companheiro de volta a ilha, as minhas meninas 13, as Lobas, a minha ariana, as minhas tequileiras virginianas, ao marquito, as minhas colegas do PET, as minhas colegas de graduação. Processo esse que foi regado de muita desconstrução, muitas madrugadas, muitos bares.

Agradeço as professoras de Serviço Social, que ao longo desse processo de formação, contribuíram para o meu processo de amadurecimento enquanto profissional e enquanto ser social, em especial: a minha orientadora Teresa Kleba Lisboa que aceitou participar desse processo Radical de Conclusão de Curso; a Simone Sobral Sampaio por compartilhar seu conhecimento e algumas paranoias e a minha supervisora de estágio Simone Serafim Corrêa por compartilhar das suas experiências profissionais e pessoais.

Agradeço as mulheres que contribuíram com esse trabalho repassando material informativo, seus conhecimentos acerca dos movimentos Feministas e a corrente Radical. Agradeço a quem somou com esse trabalho de alguma forma.

Agradeço a Tina Turner, pela inspiração.

Agradeço às mulheres!

RESUMO

Este trabalho teve como proposta estudar o Feminismo Radical e seus desdobramentos através de uma etnografia de tela de análise do discurso – enquanto ferramenta de linguagem – que se encontram nos blogs de feministas Radicais. Essa análise tem como intenção compreender quais os princípios e questões levantadas por essa corrente do Movimento Feminista, através de uma interpretação embasada na teoria Feminista. Esse trabalho busca levantar a importância de não estigmatizar as lutas feministas e enfatiza o empoderamento das mulheres como forma de existir e resistir frente a um sistema desigual e opressor no qual somos socializadas. Para fomentar esse estudo, busquei me apropriar das leituras de trabalhos de autoras Feministas Radicais e de leitura de conteúdo de mídias sociais, como os blogs. Através desse estudo, busquei me aproximar da realidade das mulheres, espaço em que se encontram as lutas Feministas Radicais como um fruto da realidade desigual, bem como aliar essa realidade a profissão de Serviço Social.

Palavras-chaves: Mulheres, Feminismo Radical, Blogs.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
1) Feminismos Radicais e seus desdobramentos ao longo da história.....	13
1.1 Papel dos Movimentos Feministas e desdobramentos no Brasil.....	17
2) O discurso Radical presente em blogs como ferramenta de empoderamento.....	25
I) Blogueiras Negras.....	30
II) Escrituras Radicais.....	32
III) Manas Chicas. Wordpress.....	35
IV) Material Feminista.....	37
V) Polêmicas Feministas.....	40
VI) RadFem. Info.....	42
VII) Vulva Revolução.....	44
Análise e considerações finais.....	47
Referências.....	60

Introdução

O presente trabalho possui como objetivo estudar e dialogar com o Feminismo Radical, para compreender melhor as intenções dessa ramificação que vem ganhando espaço nas mídias sociais e nos espaços acadêmicos, como se efetiva enquanto movimento social e como constrói argumentos fomentados a partir das mais variadas vivências e fontes teóricas que dinamizam e enriquecem ainda mais o debate, baseando-me na pesquisa etnográfica¹ de tela. Tem como objetivo também, proporcionar uma reflexão sobre o processo de subordinação das mulheres derivado de ideologias Patriarcais, questão central e cotidiana posta para o Serviço Social. Para essa análise, considere o recorte do movimento Feminista Radical, com análise de blogs feministas radicais. Ressalto que a intenção com esse trabalho é de proporcionar uma análise das motivações que regem o segmento Radical do movimento Feminista e analisar as linguagens midiáticas – como as que estão presentes nos blogs feministas radicais – e como essas informações se fazem indispensáveis as nossas relações, pessoais, políticas, profissionais, criando cada vez mais linhas de narrativa histórica que desafiam a relação mais antiga de exercício de Poder: o tempo.

A escolha do recorte centralizado no Feminismo Radical se deu através de questionamentos e indagações presentes no meu cotidiano acadêmico e pessoal, e uma certa curiosidade acerca das motivações encontradas nesse segmento social, que me fizeram acompanhar as discussões presentes nas mídias sociais. Durante a construção do diálogo nesse trabalho, acabo simpatizando em muitos momentos com conceitos presentes nessa corrente Feminista Radical, compreendendo que estudar as raízes que motivaram mulheres a construir esse movimento ao longo dos anos, tem uma justificativa política e emancipadora. Esse despertar também ocorre a partir de encontros com amigas nos bares, e em saraus que construímos juntas para pensar o feminino, enquanto corpo, sexualidade, expressão artística e empoderamento das mulheres, através de encontros feitos por elas e para elas.

A importância de se discutir uma corrente que compõe o movimento social Feminista através das discussões nos blogs – tanto quanto a importância do Feminismo Radical ter sido escolhido como o tema norteador para a análise – perpassa uma questão que cada vez mais

¹ Etnografia de tela é uma metodologia utilizada para analisar os discursos presentes nos meios de vinculação de informação, como a televisão, os blogs, páginas de mídia e os aplicativos. Baseia-se na análise da linguagem empregada e do contexto em que se encontra o discurso. In: RIAL, Carmen. **Antropologia e mídia: breve panorama das teorias de comunicação**. Revista Antropologia em primeira mão. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2004.

ganha espaço nas pesquisas, grupos de estudos feministas e rodas de conversa entre mulheres no espaço da universidade pública; essa questão se dá em como essa universidade pública dialoga com a comunidade, ou seja, como movimenta as questões sociais feministas e com as sujeitas que as vivenciam em seus cotidianos.

O Serviço Social enquanto profissão diretamente ligada a realidade histórica, social e econômica exerce papel importante no combate as opressões, as desigualdades de qualquer origem e a alienação política que acomete a população. Não é possível defender o compromisso Ético da profissão, se este não se apropriar das discussões que emergem das ruas, ou seja, que surgem a partir de questões da ordem do dia, experimentadas e vivenciadas pela população trabalhadora e marginalizada. Enquanto a universidade for pública, e seu espaço nos permitir acessar o conhecimento, que ele seja partilhado para além dos muros acadêmicos e que a categoria profissional perceba a real necessidade de participar de espaços estratégicos de atuação profissional, como os Movimentos Sociais, as mídias e quaisquer espaços de propagação de saber, e através da premissa de ser uma profissão majoritariamente ocupada por Mulheres, entenda que discutir Feminismo e Gênero, além de promulgar a mudança dos modelos Patriarcais e machistas da nossa sociedade, é também a forma de se reconhecer e conhecer mais da sua própria história.

Pensando esse movimento pela liberdade das mulheres que ainda não alcançou a sua totalidade e que vem alterar toda forma estrutural de nos relacionarmos, é que abro a discussão de que os movimentos feministas se tornam indispensáveis para pensar uma sociedade mais igualitária, promovendo um meio a fim de contribuir para que os sujeitos, e principalmente nós mulheres, alcancemos a pela garantia de Direitos. Os Feminismos e suas correntes, se organizam enquanto movimentos sociais, estes que independente de suas “diferenças”, constroem estratégias de resistência e sobrevivência, lutando pela vida e pelos Direitos das mulheres através de uma representação coletiva e que ao mesmo tempo respeita as subjetividades dos seres. O Serviço Social pode agregar a essa construção de consciência coletiva de mulheres e para mulheres discutindo Feminismo e Gênero nas salas de aula, como ferramenta política e argumentativa contra uma das formas mais antigas de relação de Poder e dominância: o Patriarcado.

O movimento Feminista tem como princípios alguns elementos como a igualdade de gênero, o rompimento com os modelos Patriarcais em que somos submetidas e com a dominação masculina acerca das mulheres, segundo Teresa Lisboa “... o movimento feminista é um movimento sociocultural, que luta por justiça e equidade nas relações entre homens e

mulheres e, sobretudo, luta para garantir os direitos humanos, principalmente o das mulheres em função do alto nível de violência e discriminação que padecem.” (2010, p. 69) .

Desde o início das primeiras reivindicações de mulheres pela conquista de Direitos destituídos do nosso processo de sociabilidade, o papel de dominadas nos foi imposto em todas as esferas que ocupamos, tanto no espaço público como no privado. Essa socialização estigmatizada, através de uma referência de fragilidade/docilidade/obediência nos colocou em uma situação de “inferiorizadas”, que atinge todos os lugares em que nós mulheres ocupamos, como cita Manuela Tavares e col.:

“Os efeitos da globalização neoliberal sobre a vida das mulheres tem vindo a reforçar aspectos significativos do patriarcalismo como a divisão entre público e privado, a ‘naturalização’ da mulher como suporte dos cuidados com a família, perante a diminuição dos serviços públicos e o desemprego crescente, a mercantilização de todos os aspectos da vida, com particular destaque para o tráfico de mulheres que sustenta fortes redes financeiras internacionais, o fundamentalismo de todos os tons que impede as mulheres de disporem dos seus corpos e de optarem por uma maternidade consciente ou que apedreja mulheres até à morte por romperem códigos de conduta medievais. Essa situação tem vindo a despertar resistências...” (2008, p. 15)

E diferente do que algumas correntes conservadoras tendem a afirmar nós não somos o “sexo frágil”, ou possuímos quaisquer tipos de inferioridade aos homens segundo uma possível natureza feminina, que se faz cada vez mais reproduzida na nossa sociedade através do neoliberalismo que objetifica o corpo “feminino”. Como Guattari (1990) explicita, as relações neoliberais tendem a transformar o meio em que nos encontramos, de forma que o biológico torne ferramenta de opressão e de exclusão. O corpo, seguindo a lógica das três ecologias, é uma obra prima que serve ao sistema vigente, e no caso, infelizmente, ao sistema misógino que entende as especificidades do corpo da mulher como justificativa de exploração.

Uma das motivações que me fizeram realizar esse estudo, é o fato de que enquanto mulher, pobre, criação periférica, pais semianalfabetos, vivenciei as mais variadas experiências cotidianas que desde sempre me colocaram no lugar que eu “deveria ocupar” enquanto mulher, que por si só nos é escolhido quando nascemos, e que nos limita enquanto sistema social que vivenciamos, ou seja, nossa existência social se limita em um processo de subordinação derivado do sistema Capitalista. Experimentando a forma como se deram as relações sociais que tive no processo de construção social, compreendi os mais incontáveis abusos sociais que costumeiramente – e que só com o passar dos anos e das experiências

obtidas pude constatar – seguem se repetindo na vida da maioria de minhas amigas, parentes, colegas, professoras, trabalhadoras, donas de casa. Essa motivação (ou mesmo processo de indignação frente as violências sofridas por ser mulher) não se deu através de uma microanálise, mas enfatizo e defendo o potencial que as experiências enquanto coletivas ou individuais causam a nós sujeitas/os de Direitos, e aqui faço a minha justificativa de realizar esse trabalho em primeira pessoa: por representatividade. Aqui também justifico, respeitando toda a contribuição profissional de minha orientadora Teresa K. Lisboa, a minha escolha pessoal de procurar utilizar nesse trabalho científico, uma linguagem menos formal, uma vez que a intenção não é rebuscar o conhecimento, mas através de uma linguagem mais simples (e de acordo com as interpretações, talvez mais coloquial) procurar alcançar cada vez mais mulheres.

Após ingressar no curso, apreendi de forma mais abrangente as violências que muitas vezes sofremos, e que muitas vezes sem conhecimento, reproduzimos. Me surpreendi, ainda nos primeiros meses com o fato de que era um curso predominantemente feminino, o que pouco me incomodou, exceto pelos motivos pelos quais isso se deu historicamente, sendo o Serviço Social associado a uma benevolência que bem casa com o papel que a sociedade machista entrega de bandeja a nós mulheres. No decorrer do curso, obtive um conhecimento incrível, um compartilhar com mulheres maravilhosas, que me ajudaram a chegar no momento em que a graduação encerra seu ciclo, para mim. Também durante a graduação, fiz parte do Programa de Educação Tutorial² que acrescentou bastante na minha formação profissional por adentrar a temáticas que sempre estão a margem na educação, onde pudemos debater o papel das mulheres em vários espaços, incluindo a relação com os homens que faziam parte do programa, também alunos de Serviço Social.

Outra etapa fundamental, para a discussão do Feminismo no meu trabalho, foi a minha experiência no estágio obrigatório, que realizei no Centro de Referência em Assistência Social. No estágio obrigatório, uma de suas atribuições é de que a estagiária/o realize um Projeto de Intervenção, que consiste em elaborar, planejar e executar uma ação no seu campo de estágio, onde ela possa com a ajuda das supervisoras, de campo e acadêmica, construir minimamente uma prática profissional. Foi assim que desenvolvi um grupo de estudos com a equipe PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – para que a equipe

² PET – Programa de Educação Tutorial vinculado ao Ministério da Educação que tem como proposta trabalhar com Pesquisa, Ensino e Extensão na Universidade, contando com 12 bolsista e um(a) tutor(a) por grupo. Na UFSC são ao todo 14 grupos PETs espalhados pelo campus universitário. In: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/1197/11004>

tivesse um espaço interno para discutir questões que eram levadas aos atendimentos para além das questões mais emergenciais. Sendo assim, o cronograma proposto com três encontros, discutiram junto a equipe sobre Feminismo, Espaço Público e Transexualidade. A proposta era de que a equipe pudesse levar argumentação fundamental para que as pessoas que chegavam até o serviço pudessem entrar em contato com os seus Direitos de alguma forma, para compreender que esses Direitos vão além de tarifa social (maior responsável pela procura ao CRAS). Sendo assim, no grupo em que discutimos sobre o Movimento Feminista, entendi a importância de que para além da atualidade, o (s) Feminismo (s) não é um conhecimento estruturado, e muito ainda se tem a aprender com ele. A última motivação, mas não menos importante, é o alcance que a discussão tem obtido nos meios sociais, como: nos blogs, no facebook, no instagram, nos muros, na universidade; e a apropriação dessa discussão que pode ser positiva e crítica ou vir acompanhada do discurso de ódio conservador e retrógrado nesses meios sociais.

O início dos movimentos Feministas não é um ponto de “surgimento” fixo. Ele ocorre imerso em um processo histórico devido as necessidades sociais de uma parcela da população que passa a compreender seu processo de opressão, dentro de um sistema econômico, político, social e cultural. Como as opressões se “ajustam” as especificidades dos sujeitos, para lutar contra o sistema opressor, os movimentos sociais se dividem através de elementos regionais, culturais e subjetivos; assim também acontece nos movimentos Feministas que possuem correntes que possam contemplar as necessidades das diversas mulheres. As movimentações de mulheres acontecem em suma, sob um sentimento de revolta que surge de uma conscientização do processo histórico baseado em subordinação. Esse sentimento aliado ao fenômeno denominado internet, proporciona uma nova forma de linguagem e sendo assim, uma adequação para a área de pesquisa midiática, acerca da narrativa histórica desses movimentos Feministas mais contemporâneos.

Através da pesquisa etnográfica de tela em sete blogs feministas radicais, procuro responder alguns questionamentos para fomentar análise, como: quais concepções de Feminismo Radical presente nos blogs? Quais propostas são defendidas pelas integrantes (grupo) que compõe e escrevem os blogs? Quais polêmicas/discussões os blogs radicais enquanto discurso apresentam? Quais as concepções de Patriarcado são apresentadas nos blogs? Para essa análise e para ao longo do trabalho responder esses questionamentos, os blogs escolhidos foram: blogueiras negras, escrituras radicais, manaschicas.wordpress, material feminista, polêmicas feministas, radfem.info e vulvarevolução.com.

O Serviço Social é uma profissão que bebe de outras fontes teóricas relacionadas a outras áreas do conhecimento, como: sociologia, antropologia, filosofia, ciência política. Mas sabendo que o Serviço Social é uma profissão majoritariamente composta por mulheres, as ideologias patriarcais têm alguma influência nas dificuldades que possuímos em construir não apenas os movimentos sociais (na sociedade civil ou acadêmicos) mas a nossa própria área do conhecimento (vivência)?

Trabalhar com o movimento Feminista Radical através da pesquisa etnográfica de tela em blogs foi um desafio, visto que a minha aproximação com o tema, acontece através de um processo de afinidade de pesquisa que se dá de forma informal. Essa pesquisa, através do conceito de etnografia de tela, concerne em uma análise de “livre” interpretação embasada em todo um método de aprendizado construído no meu processo de graduação e através dos diálogos constituídos nas minhas orientações com Teresa. A iniciativa de discutir essa ramificação, denominada de Feminismo Radical, se dá também com uma perspectiva que cada vez mais se encontra presente nas mídias sociais, um discurso de liberdade sexual, liberdade de padrões estéticos e uma liberdade social implícita através do empoderamento feminino, conceito este que circula cada vez mais nos meios públicos, como o trabalho ou os espaços de lazer e livre socialização.

O movimento mais contemporâneo desses Feminismos, não coloca mais a mulher como apenas uma imbricação em forma de objeto dominada e submissa, mas como um sujeito que através de uma lógica de empoderamento, disputa com homens o seu lugar no livre exercício de Poder (LISBOA, 2005). Na contramão desse movimento, existe um resgate teórico e empírico das Feministas Radicais em analisar esse discurso de liberdade em tempos de Capital Fetiche, e compreender se existe uma reprodução de falsa lógica libertadora em um contexto neoliberal, ou se estamos caminhando para uma liberdade consciente dos nossos processos de subordinação, através da desconstrução das lógicas patriarcais, questão essa que abordo no trabalho.

1) Feminismo Radical e seus desdobramentos ao longo da história.

A história do Feminismo teve início no momento em que começou a subordinação das mulheres e estas, tem estado subordinadas quase sempre e em todas as partes. Muitas são as correntes que se definem como Feministas, e a grande maioria luta por mais justiça e igualdade entre homens e mulheres. Escolhemos como enfoque deste trabalho, aprofundar algumas reflexões sobre o Feminismo Radical.

Para Elizabete Silva (2008, p.4) “o Feminismo Radical é uma corrente feminista que se assenta sobre a afirmação de que a raiz da desigualdade social em todas as sociedades até agora existentes tem sido o patriarcado, a dominação do homem sobre a mulher”. A autora lembra que, segundo a Teoria do Patriarcado, os homens são os primeiros responsáveis pela opressão feminina e que o patriarcado, para manter-se como um sistema de poder insiste que as diferenças biológicas entre homens e mulheres seriam um motivo para justificar as desigualdades.

Já para Patrícia Lengermann e Jill Niebrugge-Brantley (1993, p. 384) “o que caracteriza o Feminismo Radical é uma profunda indignação diante da condição de opressão das mulheres, uma aversão a um sistema universal que as desvaloriza e menospreza”.

De certa forma, as feministas radicais creem que toda sociedade se caracteriza pela opressão. Tanto nas estruturas mais básicas da sociedade, quanto nas pautas organizativas de grandes grupos ou corporações, constata-se dominação e subordinação entre classes, castas, grupos étnicos ou raciais, religiosos, e entre as categorias de idade e gênero.

Para as autoras acima citadas, de todos esses sistemas de dominação e subordinação, a estrutura mais fundamental de opressão é o gênero, ou seja, o sistema de patriarcado. O patriarcado não só constitui, como descreveu Engels, a primeira estrutura de dominação e subordinação da história, mas vem sendo o sistema mais poderoso e duradouro de desigualdade, o modelo básico de dominação.

Para as feministas radicais, o patriarcado constitui a estrutura mais importante de desigualdade social, e a que menos se percebe como tal. Patrícia Lengermann e Jill Niebrugge-Brantley (1993, p. 385) lembram que

O tema da violência como crueldade física é chave para a relação que o Feminismo Radical estabelece entre patriarcado e todas as formas de violência: física, psicológica, abuso sexual, incesto, estupro, prostituição forçada, entre outras, que possuem relação com as práticas históricas e

interculturais da “queima das bruxas”, da condenação à morte de mulheres pelo fato de terem cometido adultério, da perseguição de lésbicas e/ou transexuais, do infanticídio feminino, da extirpação do clitóris entre outras.

Neste sentido, o patriarcado existe como forma social quase universal devido ao fato de “legitimar” que os homens podem exercer o poder mais básico sobre as mulheres: a força física, para estabelecer o seu controle sobre elas. Uma vez que o patriarcado se estabelece, os outros recursos de poder – econômico, ideológico, legal e emocional – são exercidos para mantê-lo.

Patrícia Lengermann e Jill Niebrugge-Brantley (1993) alertam, que os homens fazem questão de manter o patriarcado porque têm interesses reais em manter seus privilégios fazendo com que as mulheres lhe sirvam de ferramentas complacentes.

As mulheres satisfazem os desejos sexuais masculinos; seus corpos são essenciais para a reprodução de filhos; constituem uma força de trabalho útil [lavam, passam, cozinham, limpam]; podem constituir signos ornamentais do status e do poder dos homens; são companheiras complacentes e fontes de apoio emocional para resguardar o significado central de suas funções sociais (p. 385).

Partindo desta concepção, as feministas que se autodenominavam radicais e atuaram durante a década de 70 e períodos posteriores, tiveram como prioridade uma pauta ativa de lutas e reivindicações configuradas em políticas de resistência e contestação em todo o mundo, de acordo com Elizabete Silva (2008): a defesa da legalização do divórcio e da aceitação dos chamados filhos “ilegítimos”; reivindicações de creches para os filhos das mulheres trabalhadoras; a defesa de que as mulheres tivessem controle sobre seu próprio corpo; a defesa da criminalização da violência contra as mulheres; a luta pela politização da esfera pública e pela implantação de casas de acolhimento a mulheres em condições de risco entre outras.

O despontar da Corrente Feminista Radical, esclarece Elizabete Silva (2008, p. 5), “foi fortemente marcado por uma luta política voltada para o conhecimento, valorização e libertação do corpo feminino”. Protagonistas dessa corrente adotaram ações e posturas, tanto de protestos como de reivindicação, no sentido de conscientizar as mulheres em relação ao seu corpo.

Atos como a queima pública de sutiãs, a sabotagem de comissões de peritos sobre o aborto, formadas por uma maioria de homens, fizeram com que a voz do feminismo, através das radicais entrasse em todos os lugares e não só criaram espaços próprios de autoajuda e de estudo,

mas desenvolveram uma saúde ginecológica não patriarcal, motivando as mulheres a conhecerem seu próprio corpo (SILVA, 2008, p.5).

Nesta época, surgem reflexões e produções teóricas das feministas sobre as relações de poder, também questionando a separação entre o público e o privado, e a expressão “o pessoal e político” passa a ter valor significativo, tanto na academia como entre as militantes.

Uma das contribuições mais significativas do Movimento Feminista Radical, conforme Elizabete Silva (2008, p. 5), “foi a organização e instauração de grupos de autoconsciência e de autoconhecimento, seguidas da abertura de uma agenda para as mulheres voltada para práticas de uma vida alternativa”, e a maioria desses grupos centraram forças numa possível destruição ou declínio do sistema patriarcal.

Mas, como “destruir” um sistema como o do patriarcado, tão fortemente arraigado no inconsciente coletivo de milhares de pessoas?

Para Patrícia Lengermann e Jill Niebrugge-Brantley (1993), essa derrota deve começar com uma reconstrução da consciência das mulheres (empoderamento), de tal maneira que toda a mulher possa reconhecer o seu próprio valor e força. Que ela possa rechaçar as pressões do patriarcado que fazem com que ela mesma se desvalorize, se considere débil, dependente e secundária. Que possa trabalhar em solidariedade com outras mulheres, sem ter em conta as diferenças entre elas, para estabelecer uma confiança baseada na “irmandade feminina”, o apoio, a estima, a defesa mútua.

Este tipo de irmandade advertem as autoras, podem rematar duas correntes estratégicas: a primeira centraria suas lutas em um enfrentamento teórico e crítico a todos os aspectos da dominação patriarcal; a segunda, provocaria um maior nível de separatismo, à medida que as mulheres se unem, se integram em grupos, comunidades, coletivos, empresas e centros de criatividade artísticas e culturais dirigidos por mulheres, impedindo ou rechaçando a participação de homens.

Essa última corrente, foi durante muito tempo conhecida como “Radical Separatista” e desencadeou uma concepção de feminismo que permaneceu fortemente arraigada no inconsciente coletivo da sociedade como sinônimo de um feminismo associado a mulheres “mal-amadas”, sapatonas, lésbicas, enfim, segregacionistas.

É importante demarcar que o Feminismo, atualmente, integra pelo menos uma dezena de correntes teóricas e nem todos concordam com o Feminismo Radical. Algumas o consideram excessivamente crítico e outras, totalmente convincente.

Patrícia Lengermann e Jill Niebrugge-Brantley (1993) ressaltam que, do ponto de vista teórico, o Feminismo Radical incorpora os argumentos do Feminismo Marxista e do Feminismo Psicanalítico sobre as razões da subordinação das mulheres. Apontam que essa corrente tem sido criticada por centrar-se exclusivamente no patriarcado, enfoque que parece simplificar demais a realidade das formas de organização social e dos diferentes tipos de desigualdade social.

Em relação ao polêmico conceito de “Patriarcado”, um número significativo de teóricos e teóricas contemporâneas do feminismo: Muraro (1995), Saffioti (2015), Oliveira e Costa (1998), Nye (1996), Lengermann & Niebrugge-Brantley (1993), são unânimes em afirmar que é no patriarcado que está a raiz de todas as opressões (violência, poder, dominação, discriminação) pois “ele se expressa micro fisicamente em todos os lugares: instituições, pessoas, hábitos, culturas e inclusive no interior de muitas mulheres” (Mires, 1996: 54).

O fim do patriarcado é considerado por vários autores como algo irrevogável nesta virada de século. Para Fitjof Capra (1986: 27) o fim do patriarcado é fundamental para a transição civilizatória. Em seu livro *O Ponto de Mutação* (1986), o autor defende que estamos no “ponto de mutação” entre a queda de uma civilização e a ascensão de outra. O autor chama a atenção para três transições (declínio do patriarcado, declínio da era do combustível fóssil e mudança de paradigmas), que abalarão os alicerces de nossas vidas e afetarão profundamente o nosso sistema social econômico e político. Capra diz que a primeira transição, e talvez a mais profunda, deve-se ao lento, relutante, mas inevitável declínio do patriarcado. Para o autor,

O poder do patriarcado tem sido extremamente difícil de entender por ser totalmente preponderante. Têm influenciado nossas ideias mais básicas acerca da natureza humana e de nossa relação com o universo. Era o único sistema que, até data recente, nunca tinha sido abertamente desafiado em nossa história documentada, e cujas doutrinas eram tão universalmente aceitas que pareciam construir leis da natureza; na verdade eram usualmente apresentadas como tal. Hoje, porém, a desintegração do patriarcado tornou-se evidente. O movimento feminista é uma das mais fortes correntes culturais do nosso tempo, e terá um profundo efeito sobre a nossa futura evolução (1986, p. 29).

1. 1. Papel dos Movimentos Feministas e desdobramentos no Brasil

Os movimentos Feministas possuem um papel preponderante no processo de desconstrução do sistema patriarcal, uma vez que seus principais objetivos vêm ao encontro do rompimento desse processo de subordinação e opressão ao qual se encontram as mulheres.

As ideologias patriarcais, consolidadas por uma sociedade capitalista excludente, atingem mulheres todos os dias: estas têm sido silenciadas, violentadas e estigmatizadas no decorrer da linha histórica da sociedade (PEDRO, 2005). Para Joana Pedro, quando falamos em machismo e ideologias patriarcais, o foco se concentra nas formas legítimas de correlação de forças de exercício de poder imbricadas na nossa sociedade, que culminam em um processo de dominação de homens sob às mulheres.

A partir do século XX No Brasil, nos relata Céli Pinto (2003), as primeiras movimentações de mulheres podiam ser divididas em três momentos: o primeiro ligado ao sufrágio e a luta pelo voto das mulheres; o segundo, associado a imprensa, formado por mulheres que faziam parte de uma sociedade considerada “mais culta”, normalmente escritoras, professoras e jornalistas; e o terceiro, que foi vinculado ao anarquismo, e posteriormente ao Partido Comunista englobava mulheres trabalhadoras e militantes.

Em meados da década de 1930, os rumos seguidos pelos Movimentos Feministas no contexto brasileiro, acompanharam o que Joana Pedro (2011) cita como a primeira onda do Feminismo, um movimento que seguindo um fluxo internacional, se pautava na luta pelos direitos políticos, no qual as mulheres lutavam para ocupar o lugar nas discussões políticas para votarem e posteriormente, disputarem votos, época conhecida pelas denominadas Sufragistas³. As mulheres que conduziam esse primeiro momento pertenciam a elite, adinham de famílias abastadas e urbanas, e é a partir desse contexto que a primeira onda do movimento feminista ganhou “corpo”. Esses primeiros movimentos denominados como “feminismo bem-comportado” ganharam voz com Bertha Lutz⁴, que através de sua condição financeira pode estudar em Paris, onde então tomou nota dos movimentos de mulheres por lá,

³ O movimento intitulado Sufrágio, foi um movimento que deu início a esse processo de participação das Mulheres nas questões políticas, reivindicando o voto e suas candidaturas. Em: <http://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/>

⁴ Bertha Lutz foi uma mulher pioneira na luta pelos Direitos políticos das mulheres, e construiu junto o movimento que outorgava o Direito de as mulheres votar e serem votadas, sendo ativista e atuante nos espaços de embate acerca dessa e de outras temáticas Feministas. Formada Bióloga, foi a segunda mulher a entrar no serviço público brasileiro. Foi também uma das principais fundadoras da Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>

e vivenciou causas como o Sufrágio. Sua militância política – esta que foi bastante propícia devido a sua posição social, a qual lhe dava os benefícios de estar à frente das movimentações feministas e se encontrar entre a rica sociedade brasileira – caracterizava-se em trabalhar a questão de como essas mulheres poderiam ocupar os mesmos espaços políticos que os homens, mas não entrava em conflito com as relações patriarcais preestabelecidas na nossa sociedade (PEDRO, 2005). Nesse caso, existia uma ação política pelas mulheres da primeira onda do Feminismo, mas que não culminavam em um processo de radicalização das pautas vigentes.

Ainda no começo do século XX, na primeira onda do feminismo, o movimento anarquista ganha peso no Brasil, com a chegada das imigrantes ao país, ocupando seus postos de operárias e resistindo ao capitalismo através de greves e reivindicações. Na frente desse movimento se encontravam mulheres não necessariamente da elite, sendo companheiras de luta, principalmente nos meios de comunicação, em diferentes jornais da época. As mulheres trabalhadoras tinham dificuldade de entender que eram oprimidas e exploradas, e que este era um problema de gênero, e não de classe.

Fica bastante evidente, segundo Céli Pinto (2003), que esse movimento anarquista/trabalhador contribuiu muito para a emancipação feminina, pois era visto como formador de opinião e lutava contra uma sociedade desigual. Eram mulheres que, na sua grande maioria, não possuíam um vínculo com questões políticas, muitas delas tomavam a frente nas lutas operárias, mas reforçavam uma luta por igualdade num contexto mais social. Mesmo assim, ainda existia uma névoa que aprisionava as mulheres: as correntes das obrigações domésticas e o “papel” que a sociedade atribuía a elas.

Neste cenário, se destacou uma feminista que não media palavras: a mineira Maria Lacerda de Moura⁵. Tinha postura diferente das mulheres que buscavam simplesmente a emancipação pelo voto. Militante anarquista e radical, ela tencionava as discussões para além da visibilidade nas relações de poder da elite, discutia temáticas silenciadas até então, como sexo, religião e patriotismo, e assumia então uma postura mais “enérgica” para época, a de apontar o homem como grande figura opressora independentemente da posição que este ocupasse.

De acordo com Céli Pinto (2003) ela representava o “feminismo malcomportado” que se opunha ao “feminismo bem-comportado” de Bertha Lutz. O primeiro movimento como

⁵ Foi uma militante Feminista Anarquista que se formou educadora, e que posteriormente contribuiu com o movimento Anarquista através de suas publicações em periódicos e jornais, tendo reconhecimento de seu trabalho no Brasil e no exterior. Em: <https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/mulher/09marialacerda.htm>

citado antes, vinculado a Federação Brasileira para o Progresso Feminino não se contrapunha aos homens, e buscava através da luta pelo Direito ao voto se emancipar e ocupar os espaços políticos e públicos da sociedade. O segundo movimento, mais ligado as mulheres operárias, trabalhadoras, escritoras, pouco ambicionavam ao sistema político, e reivindicavam questões como amor livre e o tempo para se dedicarem ao aprimoramento intelectual.

A partir dos anos que se seguiram, ou seja, a partir da década de 60, surge a segunda onda dos Movimentos Feministas que tem como característica central um novo arranjo econômico, político e social baseado na indústria de pós-guerra, que por sua vez fomentava o papel da mulher enquanto “rainha do lar”, segundo Céli Pinto:

“O capitalismo norte-americano pós-guerra prometia a prosperidade econômica, o consumo de bens duráveis e reforçava os valores da família e da moral protestante, nos quais a mulher dedicada à família era apresentada como rainha do lar que comandava com competência e felicidade toda a nova parafernália de eletrodomésticos que o *boom* econômico do pós-guerra possibilitava.” (2003, p.41)

No Brasil, o contexto militar e suas influências marcaram então a construção do movimento Feminista. As organizações políticas trataram de ajustar e trabalhar em prol de suas ideologias, sendo assim organizaram partidos que representavam ideologias opostas, uma vez que:

“... de um lado, estavam os conservadores, representados por partidos liberais como a UDN (União Democrática Nacional), por empresários, grandes proprietários de terra e por parte da classe média, todos unidos ao redor da bandeira comum e altamente simbólica do anticomunismo. (...). De outro lado, encontrava-se a esquerda, representada por partidos nacionalistas como PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e partidos clandestinos nele ancorados como PCB (Partido Comunista Brasileiro), por alguns empresários nacionalistas, por largas parcelas do operariado urbano, por movimentos camponeses nascentes, por intelectuais, estudantes e parte da Igreja Católica” (PINTO, 2003, p. 42).

Por volta da década de 70, com os novos arranjos políticos, o movimento Feminista também precede uma divisão, e de acordo com as décadas seguintes, foi se constituindo e incorporando uma outra forma de se manifestar, característica forte nessa segunda onda, que abre espaço para a luta pelo Direito ao corpo, aos prazeres e uma luta incansável contra as ideologias patriarcais (PEDRO, 2011).

Essa nova configuração dialoga com as subjetividades de cada indivíduo (ou comunidade, grupo) e aponta para um pluralismo dentro do próprio Movimento Feminista, trazendo a tona uma diversidade de movimentos: Feminismo Negro, Feminismo Anárquico, Feminismo Radical, Feminismo Lésbico, e também os mais recentes como Trans Feminismo.

Nesse contexto de segunda onda, conforme apontado por Elizabete Silva (2008), é que o Feminismo Radical aponta, contribuindo com análises em torno da família, do corpo, da sexualidade, e criando um espaço de discussão dentro do movimento no qual as mulheres se organizavam entre si e para si, com um intuito de promover uma representatividade e uma identificação própria.

No Brasil, o Feminismo Radical não “brota” em um momento fixo e determinado da história, pois já era possível identificar posicionamentos “radicais” de mulheres na década de 1920, como Maria Lacerda de Moura, que além de se identificar como feminista Anarquista, também se entendia Radical.

O Feminismo Radical, tem então a sua ascensão na década de 1970, frente as demandas que a própria sociedade colocava no cotidiano das mulheres, conforme relata Joana Pedro (2011, p. 271): “...nos anos de 1970, a categoria seria a de ‘mulher’, pensada como a que identificaria a unidade, a irmandade, e ligada ao feminismo radical”. Esse Feminismo Radical tinha um ordenamento e uma posição bastante “forte” sobre quem seriam essas mulheres donas de casa e esposas/mães e na narrativa histórica, eram descritas, segundo Shulamith Firestone como aquelas

“... que não tinham literalmente nenhum status civil diante da lei; que eram declaradas civilmente inúteis depois do casamento, ou que permaneciam legalmente menores se não se casassem; que não podiam assinar testamento nem mesmo ter a custódia de seus próprios filhos depois do divórcio; que não podiam aprender sequer a ler e muito menos eram admitidas na universidade (as mais privilegiadas eram providas de um conhecimento de bordado, pintura chinesa, francês, e da arte do cravo); que não tinham voz política qualquer.”(1970, p. 9).

A característica de irmandade/representatividade passa a ser marcante no Feminismo Radical, conforme constatado na experiência de um grupo de mulheres latinas, na década de 70 – no contexto Francês, mais precisamente em Paris – que advindas de uma realidade de exílio movida pelo processo de Ditadura, passam a se encontrar com a proposta de desconstruírem um padrão imposto pela sociedade, o de estarem sempre a sombra de um

homem, normalmente seus maridos. A partir desses encontros, começam um processo de questionamentos, e passaram a denominar esses grupos de “grupos de consciência”.

Os grupos de consciência, como relatam Joana Pedro e Cristina Wolff (2007) eram encontros, destinados para mulheres e realizados por elas, e possuíam uma forma não hierarquizada de condução, onde prevalecia o repúdio a qualquer forma de dominação:

“De acordo com elas, a presença de homens colocava freios na espontaneidade delas, além de eles costumarem monopolizar a palavra. Nos grupos de consciência, todas deveriam ter o direito de falar, não poderia haver lideranças definidas, nem porta-vozes. Nenhuma mulher estaria autorizada a falar pelo grupo. Fazer diferente seria submeter-se à sociedade superestruturada, ao ‘elitismo de esquerda e de grupos similares’” (PEDRO e WOLFF, 2007).

Esses grupos tinham como meta trazer à tona discussões ligadas às especificidades das mulheres, portanto, elas utilizavam categorias políticas para pensarem suas condições perante as relações socioculturais. Os encontros eram espaços propícios para desabafar tanto sobre questões subjetivas, como coletivas. Os grupos de consciência desempenhavam, também, uma função de identidade e representatividade, pois ao se colocarem, essas mulheres percebiam que não estavam sozinhas em suas angústias e opressões. Tal qual um espelho, viam o reflexo de si mesmas nas falas de suas companheiras, e constatavam que ali naquele ambiente “o pessoal se tornava político”, e todas tinham algo em comum: o fato de ser mulher.

Ao se encontrarem (mesmo em um contexto eurocêntrico) produziam material para socializar o conhecimento a partir de suas experiências, publicados em periódicos locais. Dois desses grupos merecem destaque: o primeiro, “Nosotras” formado por latino americanas e o segundo, “Círculo de Mulheres Brasileiras” formado por brasileiras. Eis os relatos de acordo com Joana Pedro e Cristina Wolff:

“El feminismo es difícil de definir con rigor, dada la naturaleza del problema que encara y estando las propias mujeres en desacuerdo con lo que hasta ahora se ha considerado característicamente femenino. Podría decirse, quizá, que lo que el movimiento feminista pretende es descubrir la propia esencia de lo femenino y que esa búsqueda sólo podrá realizarse a través de una lucha sin cuartel contra los estereotipos establecidos (...) Ya no se trata únicamente de obtener para las mujeres los mismos derechos y posibilidades que los hombres poseen. Lo que ahora se reivindica es la especificidad femenina y la realización de una verdadera comunidad de ‘humanas.’ ”. Nosotras – 1975

“Somos um grupo de mulheres brasileiras vivendo na França, que sensibilizadas pelo movimento feminista internacional, resolveram reunir-se

para debater, aprofundar e tomar uma real consciência da opressão específica que sofre a mulher nessa sociedade. Opressão essa que aparece não só na perpetuação dos “nobres” papéis que nos foram atribuídos — doméstica/esposa/mãe; mas no conjunto de nossas atividades e na nossa personalidade”. *Círculo de Mulheres Brasileiras – 1976* (2007, p.60)

A forma como se desenha o discurso de ambos os relatos denotam diferenças sobre o que elas entendiam como Feminismo. Embora sua postura de pensar as ações estratégicas e de se encontrarem entre mulheres fosse um aspecto comum ao movimento Radical, em nenhum momento se auto denominaram Feministas Radicais.

No contexto brasileiro, os Movimentos Feministas passaram a se organizar por região, por volta das décadas de 1970 e 80, e conforme Céli Pinto:

“Eram grupos de reflexão, informais, que reuniam mulheres que se conheciam anteriormente e tinham um caráter bastante privado, [...] uniam-se por amizade, afinidades intelectuais e até políticas; a entrada nesses grupos acontecia por meio de convites, e se assemelham muito com os grupos que aconteciam em Paris.” (2003, p. 49)

As discussões, assim como as que aconteciam nos grupos de consciência, pautavam-se sobre os temas autoconhecimento e sexualidade. O ponto central desses grupos era o enfrentamento a opressão desencadeada pela sociedade Patriarcal.

É a partir desse ponto, que as Feministas mais radicais, independentemente de suas correntes, são conhecidas: ocupavam as ruas a fim de demonstrar de forma indignada, que estavam descontentes com a situação social em que se encontravam Silva (2008).

Esse Feminismo Radical, nas décadas de 1970-80 era considerado uma ameaça aos partidos de esquerda, uma vez que os homens ocupavam os postos de liderança e, conseqüentemente, exerciam maior poder. O fato é que para o movimento de esquerda – atrelado a uma vertente marxista ligada ao comunismo pró soviético – o movimento Feminista significava uma possível ruptura ou afastamento da causa maior de sua organização: a luta de classes (PINTO, 2003).

Para as feministas materialistas (igualitárias ou radicais), tornava-se cada vez mais difícil estabelecer relações entre suas motivações feministas, e ao mesmo tempo reconhecer-se como parte do movimento marxista, enquanto ideologia que propunha a desconstrução de uma sociedade injusta e desigual. Para a cena política, as mulheres que participavam dos movimentos feministas representavam uma ameaça para os partidos de esquerda, conforme demonstra Céli Pinto:

“... a esquerda exilada, marxista e masculina via no feminismo uma dupla ameaça: à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais [...] a relação com os exilados brasileiros do sexo masculino foi muito tensa, chegando ao extremo de a Frente de Brasileiros no Exílio ameaçar retirar o apoio financeiro às famílias cujas mulheres frequentassem essas reuniões” (2003, p. 53).

Neste cenário emblemático, as mulheres se viam divididas entre a luta de classes e a sua “própria luta”. Passaram a evitar aparecer em público, devido a falta de apoio político e por pressão dos próprios companheiros que as forçavam a abandonar os grupos.

Nessa época, os grupos de consciência que aconteciam em Paris se comunicavam com os grupos de autoconsciência que aconteciam no Brasil. Esse tipo de comunicação, entre os grupos que se reuniam no Brasil e os demais grupos espalhados no contexto global, possibilitou o entendimento da maioria das integrantes sobre as limitações do contexto de classe, e as mulheres passaram a desconstruir a concepção de que os “homens de esquerda são menos machistas” (PINTO, 2003).

Em meados 1975, foi criado no Rio de Janeiro o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, e de acordo com Celi Pinto (2003) o Centro contava com três frentes do Movimento Feminista: as Marxistas, que tinham como base a luta de classes; as Liberais, cujas lutas se pautavam de forma mais individual, em um contexto político partidário; e as Feministas Radicais, tinham mais dificuldade de se organizar enquanto movimento, por não possuírem nenhuma vinculação política, e pelo fato de colocarem a opressão como centro de suas discussões; defendiam seus posicionamentos de forma ampla e sem pudores, não necessitando de aporte político para reivindicarem suas práticas (PINTO, 2003).

O tensionamento exercido pelo Movimento Feminista no Brasil, a partir da década de 1970-80 resultou na criação de Conselhos e Ministérios para pensar especificamente a questão da mulher, como a violência contra a mulher, saúde, sexualidade e direitos reprodutivos, entre outras. Porém, a criação dessas instâncias políticas também passou por uma divergência ideológica no interior dos próprios movimentos feministas, que se dividiam entre aquelas que apoiavam a abertura para a intervenção estatal sobre as questões da mulher, e as feministas radicais, que segundo Elizabete Silva (2008), abominavam qualquer intervenção estatal.

Para esta autora, as Feministas Radicais consideravam que o apoio do Estado enfraqueceria as reais motivações pelas quais o movimento existia, e que as questões

específicas das mulheres passariam a ser vistas como menos importantes ou de segunda ordem.

Na década de 1990, ocorre o processo de transição do Movimento Feminista, da segunda para a terceira onda, e a categoria Gênero torna-se questão fundamental de análise. Essa categoria, segundo Joana Pedro (2005), tem amplas discussões no que concerne o seu significado, uma vez que no processo narrativo, discutir gênero pode representar ainda uma dificuldade em se analisar a história de mulheres e para mulheres.

O que Joana Pedro sinaliza, é o cuidado que devemos ter ao analisar “a que(m) serve o conhecimento que a categoria gênero proporciona”, uma vez que esse conhecimento imbricado na sociabilidade interfere muitas vezes na dinâmica das relações sociais, sendo variante no exercício de poder.

A abertura para as discussões sobre a liberdade das mulheres calcada na categoria gênero acende teoricamente os estudos sobre a pós-modernidade (apontada por alguns teóricos como “um novo olhar sobre a modernidade”) debruçando sobre novas análises em relação ao momento presente.

O Movimento Feminista da terceira e da quarta onda, aponta Joana Pedro (2005) relaciona as demandas das mulheres com outras lutas como a do meio ambiente, da decolonialidade, pela representatividade racial, entre outras, para que as correntes do movimento alcancem outros aspectos e reformulem as próprias ações, de acordo com o tempo presente.

O Feminismo Radical passa a modificar sua postura enquanto movimento de base, que experimenta uma nova lógica de sociabilidade, enfraquecendo a noção de irmandade, conforme esclarece Elizabete Silva:

Embora a diversidade de ideias tenha sido uma experiência rica para o movimento feminista, mas representou, também, uma das causas do declínio do ativismo do feminismo radical. A tese das mulheres unidas em uma irmandade por uma experiência comum também foi ameaçada pela polêmica questão de classe e do lesbianismo (2008, p.12).

Os desdobramentos que o feminismo Radical tomou enquanto postura prático-política rumaram para uma “modernização” das ações, pensando em uma nova geração de mulheres que radicalizam suas posturas de forma diferenciada das mulheres que na década de 1970, lutavam por liberdade, queimando seus sutiãs nas praças.

Constata-se na atualidade, uma nova forma de manifestações radicais, na maioria das vezes proveniente de Grupos de Jovens, Estudantes Universitárias, que criam Coletivos

Feministas, Blogs para manifestações, entre outras denominações de agrupamentos trazendo novas demandas, para uma realidade que já não pode mais ser comparada aquela das mulheres maduras, cinquentonas, das décadas de 1960 a 80.

É sobre esses desdobramentos que falaremos no próximo capítulo, trazendo os discursos de alguns Blogs autodenominados “Feministas Radicais”.

2) O discurso Radical presente em blogs como ferramenta de empoderamento.

Os Movimentos Feministas, assim como os demais Movimentos Sociais percorrem a linha histórica da sociedade realinhando suas ações de acordo com as demandas que os identificam.

O Feminismo Radical também passou a fazer parte dessa readequação, trazendo para os tempos modernos, uma linguagem corporal, acadêmica, social e política cada vez mais explícita e que pode ser acessada através da internet.

Para Christine Delphy (1981), os movimentos sociais são constituídos de grupos que reivindicam suas pautas através de ações políticas, e estes podem ser formais ou não. Para essa autora, é através dessa característica que os Feminismos Radicais agem atualmente nas ruas, e suas posturas podem ser definidas como políticas mais “agressivas” do que os demais. Neste cenário, a linguagem se torna uma ferramenta política e um espaço de “ebulição” dessa corrente, através do protagonismo de uma nova geração de mulheres que se autodenominam radicais, ou radicalizam suas ações.

É na rua que os movimentos sociais ganham espaço para o diálogo, para a expressão e para a resistência. Um exemplo de movimento que possui a característica de “radicalidade” é a Marcha das Vadias, que não se intitula Feminismo Radical, mas enquanto ação política se posiciona radicalmente contra as instituições que oprimem as mulheres, e defendem pautas como a legalização do aborto e o fim da violência contra a mulher, ou seja, segundo Elizabete Silva (2008), essas pautas são inerentes ao Movimento Feminista Radical.

Outro grupo que possui característica de radical é o “Coletyva”, formado por mulheres que através de performances artísticas na rua, promovem um diálogo com as pessoas como ferramenta de análise para pensar a cultura do estupro e a heteronormatividade. Não se autodenominam “Radical”, mas possuem um ativismo pautado em ações que “causam impactos”, com intuito de proporcionar “choque” e ruptura com a zona de conforto em que as pessoas se encontram.

Esses grupos/coletivos que possuem uma característica Radical nas ações políticas que promovem, desconstruem de alguma forma o papel imposto pela sociedade às mulheres: “ser feminina” - característica altamente criticada pelas feministas radicais, como Shulamith Firestone (1970) destaca: descrevem a beleza feminina como sendo uma imposição Patriarcal, ou seja, mais um dispositivo de controle sobre os corpos das mulheres. Essa desconstrução estrutural – que Shulamith descreve como “superestruturas culturais” – das necessidades

impostas às mulheres nos seus processos de socialização, é descrita por Marília Saldanha: (2013): “nós mulheres somos induzidas a incorporar as imposições sociais como sendo características de personalidade”.

Deixo evidente, que não participo de nenhum movimento feminista radical, nem mesmo tenho uma proximidade com grupos/coletivos feministas radicais, mas faço questão de relatar uma experiência enriquecedora que motivou a escolha do recorte que fiz nesse trabalho: a participação em um Sarau feito por mulheres e para mulheres. Essa ideia surgiu de uma de minhas amigas, a Raiana, que depois de passar uma temporada imersa na vida cultural do Rio de Janeiro, retornou para Florianópolis cheia de vontade de criar e movimentar um círculo de mulheres.

A partir de 2014, realizamos o primeiro Sarau, intitulado Sarau das Lobas – nome que foi pensado através da referência do livro “Mulheres que correm com os lobos” de Clarissa Pinkola Estés – no qual dividíamos poesias, contos, danças, vinhos e a representatividade de nos reconhecermos como mulheres.

Através desse relato pretendo demonstrar que é possível perceber uma característica comum aos movimentos de mulheres através das ações políticas radicais na desconstrução da opressão, que consiste em reconhecer-se enquanto sujeitas, a partir do momento em que as mulheres tomam consciência da condição de oprimidas e passam a se organizar (em espaços formais ou informais) para repensar a sua condição social. Essa atitude de modificar a própria condição de opressão pode ser representada através do conceito de empoderamento, que segundo Teresa Lisboa, consiste em:

“...uma construção diferente das relações de poder, que procura potenciar pessoas ou grupos com menos poder na nossa sociedade: é um poder que vem de baixo, que reconhece os oprimidos como sujeitos da história. É um conceito importante para entender e dimensionar o fortalecimento de capacidades dos atores – individuais, coletivos – nos níveis local e global, público e privado, para a sua afirmação como sujeitos e para tomada de decisões” (2005, p. 73).

Essa nova geração que radicaliza suas posturas e suas ações enquanto mulher – individual ou coletivamente – faz parte de um momento em que as pessoas se encontram em grupos, coletivos, mas a maioria está estritamente conectada ao fenômeno internet. Essa ferramenta de lazer, de trabalho, de estudo e de propagação de conhecimento (e espaço de exercício de poder) implica em uma nova forma de sociabilidade, um novo método de narração do processo histórico que cria outras formas de linguagem, resultando em novos

discursos, conceitos e categorias.

Tendo em vista o avanço das tecnologias que permeiam as relações sociais e seus desdobramentos, o despertar das redes sociais na internet como um dos meios de propagação de discursos e saberes, escolhi 7 (sete) Blogs que se autodenominam Feministas Radicais para trazer à tona os discursos e a radicalidade que os mesmos adotam enquanto ação política.

Minha primeira ideia era realizar entrevistas com mulheres (jovens) que participam de grupos/coletivos sociais que se autodenominam feministas radicais, com o objetivo de traçar um perfil teórico dessa corrente feminista. Porém devido ao pouco tempo que me restava entre a realização das entrevistas, transcrição e análise dos dados, optei por conhecer e analisar os princípios de alguns grupos dessa corrente, através da linguagem e dos discursos disponíveis nos blogs radicais.

Inicialmente utilizei a ferramenta Google digitando “Grupos e Blogs de Feministas Radicais”. Entre as mídias sociais, escolhi os Blogs, por estes apresentarem um maior número de material a ser compartilhado, e conseqüentemente maior informação. Com uma caderneta de anotações fui identificando as variáveis necessárias para fomentar a análise, que iriam me auxiliar no processo de interpretação e compreensão do discurso ativista que as autoras ou integrantes me proporcionariam. O critério de escolha se baseou na identificação dos Blogs como Feministas Radicais.

A metodologia utilizada para a análise do discurso/linguagem desses blogs foi a Etnografia de Tela, uma pesquisa nos ambientes de linguagem visual utilizada para fomentar e analisar o objeto em questão (AYRES, 2015). Essa metodologia, segundo Carmen Rial, consiste em:

“...uma prática de trabalho de campo, fundada em uma prática de coleta e análise de dados extensa e longa, que permite aos pesquisadores atingirem um grau elevado de compreensão do grupo social ou do texto estudado, mantendo uma reflexividade.” (2004, p.30)

Os blogs, enquanto produtos midiáticos de uma sociedade capitalista possuem uma linguagem que emerge da vida dos sujeitos e cria novos arranjos sociais e políticos, através dos discursos que apresentam. Analisar os discursos nas reproduções midiáticas (como os blogs) culmina em uma análise da realidade e dos sujeitos que a constroem, uma vez que segundo Carmen Rial, o discurso enquanto ferramenta social é:

“...uma unidade linguística composta por um conjunto de sentenças, como num argumento, numa conversação ou numa fala. O estudo dos discursos, ou da linguagem usada pelos membros de uma comunidade de fala, é dita análise de discurso [...] muitas destas análises apontaram para o poder da mídia em desencadear fenômenos sociais e estabelecer ou modificar estereótipos” (2004, p. 27).

Essa efervescência de discussões nas redes sociais (Internet) pode ser considerada um novo espaço de propagação de saberes, muitas vezes contendo ricas contribuições de fatos e leituras do cotidiano. Por outro lado, o espaço digital também tem sido utilizado para exercer o controle sobre os corpos, “opressão ou violência digital”, perpetuando o sistema de discriminação e desigualdades, ou seja, um amplo ambiente para o exercício do poder.

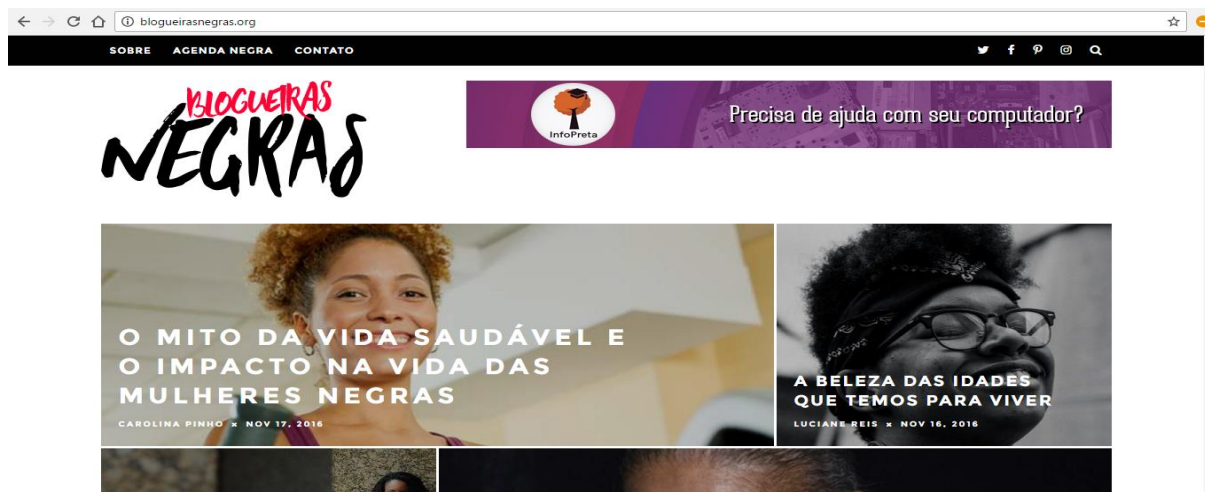
Os sete Blogs que se autodenominam feministas radicais que analiso no trabalho, são: blogueiras negras, escrituras radicais, manaschicas.wordpress, material feminista, polêmicas feministas, radfem.info e vulvarevolução.com, dispostos em subitens nesse capítulo para uma melhor apresentação.

Faz parte da minha intenção com este trabalho apresentar algumas características/princípios desse movimento radical, bem como contribuir para compartilhar essa fonte de conhecimento. Para ir ao encontro a proposta, defini com a minha orientadora quatro variáveis para pesquisar em cada Blog, no processo de etnografia de tela: *a) a concepção de feminismo Radical; b) a proposta do Blog; c) questões/polêmicas e d) a concepção de Patriarcado.*

A metodologia de Etnografia de Tela para Carmen Rial (2004) pressupõe uma flexibilização no processo de análise, que no caso desse trabalho será em torno dos Blogs Radicais. Tal flexibilização sugere uma abordagem teórica acadêmica menos rebuscada, uma vez que os movimentos sociais, ao longo do processo histórico se distanciaram dos principais grupos que estudam, por tonar o diálogo com as experiências dos sujeitos, um ponto formal e inacessível (SARDENBERG, 2004).

Para estudar essa corrente, seus princípios, o que essas mulheres defendem e qual discurso propagam, sigo adiante com a descrição dos blogs Radicais.

I) BLOGUEIRAS NEGRAS



a) a concepção de feminismo Radical: esse Blog colaborativo, foi pensado inicialmente entre três mulheres negras que o coordenam, porém possui uma organização na qual outras mulheres também podem participar. Tem como concepção Radical, difundir a negritude e transitar pelo Feminismo interseccional - a minha escolha por este ser o último blog a ser descrito é justamente a abordagem a respeito dessa categoria, e o que ela representa no movimento Feminista. Esse Blog, em específico, possui um recorte não apenas feminista, como de raça, sendo que reporta a maior parte de suas postagens acerca da realidade das mulheres pretas, sendo que estas se limitam a uma característica radical: não é aberta para homens nem para mulheres brancas, por uma questão de representatividade, ou seja, além de não ser um espaço para homens postarem (característica real do movimento feminista Radical) também se limita a não abrir postagens para mulheres brancas.

b) a proposta do blog: o blog tem a proposta de compartilhar material de cunho pessoal, ou seja, reflexões que as moderadoras ou colaboradoras desejam partilhar para livre acesso na página. Elas também publicam poesias e possuem uma agenda cultural incrível que disponibiliza inúmeros eventos que acontecem com as temáticas levantadas dentro do blog (ou que elas acreditam serem construtivas para o movimento negro e Feminista), que comporta eventos em todo País.

c) questões/polêmicas: destaque entre as postagens, uma que se refere a questão da rivalidade

entre as mulheres, no que concerne primordialmente as reações de cunho amoroso e como essa rivalidade contribui para a permanência da ordem nas relações privadas. A rivalidade entre as ex companheiras, as mães/sogra, as irmãs dos namorados, a qualquer presença feminina que pode agregar uma possível insegurança, que na verdade só existe por comportamentos machistas e moldes societários de se relacionar que sempre privilegiaram aos homens, e tais hábitos sempre nos puseram numa posição de constatar nosso valor enquanto companheiras desses homens, como se fosse nossa obrigação ser a melhor mulher possível para o homem. Isso afasta as mulheres de conviver entre elas, isso gera culpabilização por parte de nós mesmas, incluindo atitudes igualmente machistas de perpetuar uma rivalidade que só serve ao Patriarcado.

Outro assunto discutido pelas blogueiras é acerca de como a indústria da moda se apropria das mulheres pretas para instigarem um processo de consumo – que enfatizo ser bem diferente de aceitação – uma vez que usar “ornamentos” da cultura negra, não nos faz menos racistas e não culmina em uma maior aceitação do povo preto. A discussão é aberta, mas as pretas ainda ocupam os primeiros lugares na periferia e nas estatísticas de violência e morte.

d) a concepção de Patriarcado: a ideologia/conceito de Patriarcado neste blog, transita nas discussões entre raça/etnia, visto que para as blogueiras, existe além de uma ideologia sexista, um recorte classista baseado num aspecto cultural enraizado na nossa sociedade. Essa categoria de análise do Patriarcado “moderno” dialoga com a quarta onda dos movimentos Feministas, que pensam as opressões resultantes de um processo de colonização cultural (MATOS, 2014).

Esse blog, abre a discussão para essa categoria citada (na qual ele se enquadra): Interseccionalidade. Essa categoria é própria da contemporaneidade das últimas duas ondas no movimento Feminista, estando mais marcada a partir da década de 90, e tem como objetivo promover uma análise das diferentes formas de opressão que circula estruturalmente na nossa sociedade e que potencializam as ações que nos mantem subordinadas, segundo CRENSHAW (2002):

“ A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pelo qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas as mulheres, raças, etnias, classes e outras. ” (CRENSHAW, 2002. P. 7)

Sendo assim, essa categoria tem uma finalidade muito clara, diferente do que se constituiu ao longo do nosso processo histórico, dentro dos Feminismos, essa categoria Feminista visa unir as especificidades que nos oprimem, para pensar a resistência através delas. Essa categoria, ao invés de pensar para cada especificidade uma opressão diferente, pensa como a estrutura dos sistemas de desigualdade podem afetar, normalmente as mesmas pessoas que passam por um processo de subordinação constantemente no processo histórico. É uma forma de pensar a resistência, sem que as mulheres acabem caindo no processo de pensar qual opressão pode ser mais problemática ou gerar mais violência, uma vez que na sociedade Capitalista e desigual que possuímos, as relações serão sempre para manter a ordem, para manter a subordinação, usando todo e qualquer aspecto, e sim, enfocando o nosso corpo como matéria-prima desse incansável movimento de controle (FIRESTONE, 1970).

II) ESCRITURAS RADICAIS

Um blog para MULHERES: aquelas que pertencem à classe sexual de pessoas historicamente definidas, limitadas, classificadas e designadas como o gênero feminino pelo patriarcado para que possam ter sua subjetividade, seus corpos, sexo, sexualidade e capacidades reprodutivas dominadas, controladas e exploradas por ele para gerar riqueza para os homens.

Página inicial FEMINISMO RADICAL Vídeos, filmes e tals BIBLIOTECA RADICAL Música de mulheres para mulheres

terça-feira, 8 de novembro de 2016

NEM MORTA OUVIRÃO

Conseguiram. Eu, que me recusava com tanta força a cair nesse lugar, nesse lugar nefasto, adoecido, enfraquecido, débil e debilitante em que o patriarcado deseja e se esforça para que permaneçam todas as mulheres. Eu achei que por já ter enfrentado ele tantas e tantas vezes e ter sobrevivido, e ter mantido a minha lucidez, e estar aqui onde hoje eu estou, e que ter me dado recentemente conta disso me fazia tão forte e tão consciente de tudo, eu achei que eu jamais voltaria a cair nele, porque eu sou uma lésbica e eu estou viva e isso me faz ter uma força e uma coragem imensas. Mas vocês conseguiram. Porque essa desgraça desse sistema é violento, e quanto mais fortemente nos

Visualizações
30424

Busque no blog

Pesquisar

Marcadores

- Bucetismo
- Dia Internacional de Luta das Mulheres
- Divisão Sexual do Trabalho

a) a concepção de feminismo Radical: Esse blog é mantido por uma mulher chamada Ana, que se autodenomina lésbica e militante feminista Radical. Na página, ela se apresenta caracterizada pela figura do Diabo (figura que se repete no plano de fundo da página), que demonstra a intenção de “causar impacto”, característica marcante nas movimentações Radicais. Essa página possui uma conotação mais pessoal, no qual Ana retrata sua opinião de forma bem específica acerca dos assuntos que de alguma forma a tocam no cotidiano, pensando a condição da mulher nessa sociedade. Em muitas de suas postagens, ela deixa evidente que sofreu abuso e inúmeras violências, bem como outras mulheres de sua família.

Segundo a minha interpretação (hipótese com base no discurso presente no Blog) Ana evita o contato social com homens, denotando uma forte indignação a respeito de toda violência que passou no seu processo de sociabilidade. Não é possível visualizar no Blog algum tipo de conceito ou concepção sobre “Feminismo Radical”, embora exista na página um link com esta denominação e ao abri-lo aparece “em construção”.

b) a proposta do blog: Ao acessar o Blog podemos visualizar no topo da página: “Um blog para MULHERES: aquelas que pertencem à classe sexual de pessoas historicamente definidas, limitadas, classificadas e designadas como o gênero feminino pelo patriarcado para que possam ter sua subjetividade, seus corpos, sexo, sexualidade e capacidades reprodutivas dominadas, controladas e exploradas por ele para gerar riqueza para os homens” (Ana, 2016). É assim que Ana apresenta a proposta do Blog, ou a intenção do mesmo.

Alguns links, como a definição do que o “Feminismo Radical” ou “Biblioteca Radical” estão “em construção”, mas suas postagens são bastante frequentes, o que na minha interpretação demonstra o caráter diário de informação, que o Blog apresenta.

c) questões/polêmicas: alguns assuntos abordados por Ana chamam mais atenção, como uma das postagens denominada “A história da loucura é a história da violência contra as mulheres”. Neste texto, Ana descreve que o entendimento de Saúde Mental que acomete as mulheres, é muitas vezes reduzido a um diagnóstico biológico, no qual os profissionais em sua grande maioria, relacionam os distúrbios mentais com questões hormonais, ao invés de fazerem uma análise da sociabilidade da mulher e possíveis desdobramentos para a sua mente. Ela aponta que a partir desse diagnóstico, os profissionais desconsideram toda a lógica patriarcal em que estamos envolvidas, e não se atentam aos casos de violência que são as principais causas de sofrimento psíquico das mulheres.

Outra postagem que chama atenção, é sobre uma situação recente, divulgada pelas redes sociais, o caso dx estudante da PUC-RS Carlota Miranda que afirma ser uma pessoa não binária⁶. Carlota que assegurou nas redes sociais o direito ao seu nome social e que utiliza banheiro feminino, dividiu a opinião alheia em relação ao estereótipo que apresenta, pois Carlota usa barba e possui uma aparência que se enquadra no padrão “masculino” que a

⁶ A condição de não pertencer a uma das duas categorias de análise dos seres, em relação a uma política de gênero, ou seja, pessoas que não se identificam completamente como Mulher ou como Homem. É uma categoria que bebe da fonte Queer, mas que não possui um significado político dentro do espectro gênero. Em: http://pt-br.identidades.wikia.com/wiki/N%C3%A3o-binaridade_de_g%C3%AAnero

sociedade adota, embora use um nome “feminino” e se encaixe em algumas características “femininas”. Carlota entende-se com uma identidade de gênero que não se enquadra no padrão “homem ou mulher” e essa afirmação causa inúmeras controvérsias, tanto para os movimentos Feministas quanto para o movimento Trans.

Nessa postagem, Ana defende que a política de identidade de gênero - que está atrelada com o feminismo Liberal e a política neoliberal de interação social, e predispõe a liberdade das pessoas se auto definirem independente de uma legislação ou opinião externa da sociedade – pode ser problemática. Para Ana, esse movimento Queer⁷ e as motivações do movimento Trans, de uma liberdade individual, apaga todo um contexto histórico de opressão das mulheres, pois entende que esse movimento é a representação clara de homens querendo dar sua opinião sobre uma condição que nos cabe a voz. Na visão de Ana, os homens estão se apropriando de discursos de liberdade de identidade, para deslegitimar uma construção histórica e uma afirmação de resistência, ou seja, a política de identidade de gênero seria mais uma artimanha Patriarcal para nos apagar da sociedade, mais um exemplo misógeno de ação da sociedade para nos silenciar. Em seu Blog, Ana traz contribuições de forma bastante pessoal, com questões do cotidiano e outras que tomam alcance e geram debates.

d) a concepção de Patriarcado: a noção de ideologia/conceito de Patriarcado que Ana apresenta através de suas postagens, sempre se refere a um Patriarcado “moderno”, conceito este que Martha Narvaz e Sílvia Koller (2006) apresentam como sendo estruturante das relações modernas e contemporâneas. Essa conceituação para Ana, se reflete no processo de sociabilidade sexual da mulher, no qual através de relatos pessoais e de estudos acerca da Prostituição e de práticas como BDSM (Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo) – que ela veemente condena – ela explicita a dificuldade que nós mulheres possuímos em trabalhar nosso prazer, nosso corpo, nossa sexualidade desvinculada da imagem de um homem para satisfazer nossos desejos, bem como das práticas sexuais heteronormativas serem um reflexo da violência física e psicológica, que ela afirma serem frutos da ideologia de dominância que o Patriarcado.

⁷ A teoria Queer começou a ser difundida no final da década de 80 com o propósito de pensar o “estranho”, ou fora de um padrão normativo de gênero e sexualidade na sociedade. Possui um viés de libertar as pessoas de uma visão binária de relações pessoais, uma autora precursora nessa discussão é Judith Butler. Em: <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf>

III) MANASCHICAS.WORDPRESS



a) a concepção de feminismo Radical: um Blog feito por militantes feministas de São Paulo, no qual as autoras também optaram por não se identificarem. Para esse Blog, o feminismo radical tem como principal demanda o “resgate ao corpo da mulher”, uma vez que a sociedade Patriarcal rompe com todo processo de liberdade da sexualidade e do comportamento das mulheres. Segundo esse blog, o corpo feminino “...tem sido utilizado como um campo de disputa do poder masculino, tem sido considerado uma propriedade, uma forma de obter recursos laborais, sexuais e reprodutivos” (coletiva manaschicas, 2013).

b) a proposta do blog: a proposta do blog é compartilhar materiais acerca do Feminismo Radical, bem como responder questionamentos e levantar debate acerca da estrutura de dominação dos homens sobre as mulheres.

c) questões/polêmicas: duas postagens chamam a atenção do/a leitor/a. A primeira delas, intitulada “Problematizando a marcha das vadias”, é uma crítica ao movimento que ficou conhecido após o episódio que aconteceu no ano de 2011 em Toronto, em um fórum universitário para discutir segurança, no qual um oficial/policial alegou que as mulheres não seriam mais estupradas se estas não se vestissem como vagabundas. O movimento ganhou repercussão global e aqui no nosso País, as primeiras movimentações aconteceram em São Paulo (GOMES, SORJ. 2014). Sendo assim (e aqui enfatizo o fato de estar descrevendo a opinião prescrita no blog através da minha interpretação enquanto pesquisadora), a postagem realiza uma crítica ao discurso enraizado no movimento que se apresenta desde o momento em

que as mulheres que o compõe se assumem vadias, até a forma como se desencadeiam as ações práticas. Segundo as autoras do Blog, utilizar o termo vadias é concordar (ou se apropriar) de uma violência cometida pela lógica Patriarcal, e não defender uma liberdade das formas de expressão, uma vez que o termo vadia não tem nenhum aspecto libertador, mas é sim, um julgamento depreciativo em relação ao comportamento das mulheres, normalmente baseado nas suas condições físicas ou comportamentais. As feministas Radicais criticam essa liberdade pautada na individualidade, que pode perder a característica de coletividade, elemento imprescindível a qualquer movimento Feminista. Para as feministas Radicais que compõe o blog, as ações movidas com corpo merecem uma atenção especial, uma vez que o corpo da mulher é obra-prima de opressão e que se “mau” interpretado, pode criar uma linguagem visual desvirtuada, uma imagem distorcida de militância, uma ação política às avessas.

Outra postagem, intitulada “Não queremos o ‘vagão rosa’!” aborda outro assunto, polêmico para as mulheres. Em algumas capitais como São Paulo e Rio de Janeiro, um projeto de Lei foi implantando para a construção de vagões de metrô que comportassem apenas mulheres, devido ao índice altíssimo de assédios recorrentes no transporte público destas cidades. Esse vagão rosa, gerou controvérsias: de um lado, parecia ser uma ótima solução para evitar que novos casos de assédio acontecessem, e garantir que o trajeto das mulheres pudesse ocorrer de forma tranquila; por outro lado, opinavam que a lógica de assédio não iria diminuir com essa proposta, pois um “mero” vagão rosa não vai impedir que os homens continuem a propagar ações de violência contra a mulher; nem tão pouco a sociedade passará a nos enxergar como ex-vítimas e o problema foi resolvido. Esse grupo também argumentava sobre o estereótipo de feminilidade que o vagão rosa passaria para as pessoas, sugerindo um aspecto comum: as mulheres ocupam o vagão rosa, os homens o vagão normal. Lamentamos que a iniciativa do vagão rosa tenha sido tão depreciada uma vez que em outros países como México, Espanha, o vagão rosa foi implantado como uma “política com equidade de gênero”, para proteger as mulheres que vinha carregadas com suas crianças no colo, mais sacolas na saída do trabalho, e entravam em um vagão onde podiam sentar e seguir confortáveis.

d) a concepção de Patriarcado: para esse Blog, a ideologia/conceito de Patriarcado remete a dominação das mulheres em todas as suas relações, mas aqui também contextualizado através da sexualidade. Coloca que homens se apoderam de discursos e de uma linguagem que nos oprime e nos condena a uma subordinação velada, muitas vezes nos nossos próprios espaços

de luta e resistência.

IV) MATERIAL FEMINISTA



a) a concepção de feminismo Radical: para apresentar a concepção de feminismo Radical, esse Blog disponibiliza o texto “Feminismo Radical – História, Política, Ação” de autoria de Robyn Rowland e Renate Klein. Segundo esse artigo, “Radical significa ‘pertencer à raiz’”, ou seja, é um movimento que atenta de forma minuciosa na gênese social de tudo que culmina no processo de opressão às mulheres. Da mesma forma que os demais Blogs até aqui analisados, as autoras destes, entendem que a opressão desenvolvida pela sociedade Patriarcal também é enraizada no nosso processo de sociabilidade em todas as esferas, de modo que apenas uma mudança radical para mudar essa estrutura.

b) a proposta do blog: não possui uma identificação da (s) autora(s), sendo um blog informativo e com uma concentração muito rica de materiais, com diversos artigos sobre importantes categorias relacionadas ao tema aqui abordado. Tem como identificação a seguinte frase: “Blog de traduções e escritos feministas para livre acesso”, ou seja, a preocupação é com compartilhar materiais informativos. As discussões, portanto, não se pautavam em situações subjetivas, de cunho pessoal, a própria escrita denotava isso sendo na terceira pessoa.

c) questões/polêmicas: um dos assuntos abordados é a curiosidade sobre qual palavra que melhor definiria a condição das mulheres na sociedade. Segundo a narrativa das autoras do Blog, a expressão mais comum para descrever a condição penosa em que nós mulheres vivenciamos acerca da nossa existência é “opressão das mulheres”, expressão essa utilizada em todos canais, por todas as pessoas, uma declaração comum no cotidiano da nossa sociedade. A postagem faz análise sobre o que concerne essa expressão, uma vez que o discurso não é apenas uma brincadeira de linguagem, ou uma mera necessidade gramatical, mas uma forma de expressar significado através da linguística, uma ferramenta de comunicação, um dispositivo de controle. Sendo assim, essa expressão significa amplamente, subordinação. Porém, o Blog deixa claro, que o uso da palavra opressão reserva um lugar, um espaço disposto a nós, imposto pelo sistema, uma palavra que remete a uma adequação, uma situação recorrente, e muitas vezes afasta o real motivo para que tal “conclusão” ocorra.

Boa parte da sociedade compreende a opressão como sistema de violência, condena tal processo, mas não reflete sobre o algoz que está por de trás de tal fato. A questão da opressão, também pode ser delicada se colocada no plano plural, ou seja, as opressões significam o que na nossa sociedade, senão a manutenção do processo de exclusão? Chegamos ao um ponto, em que é mais fácil (e aqui faço contribuição acerca das redes sociais e da linguagem que produzem da realidade) compararmos qual é o tipo de opressão que é mais “violenta”, socialmente é mais interessante medir qual o nível de dificuldade que cada setor oprimido enfrenta, ao invés de desconstruir as ideologias por trás das opressões.

No caso da opressão as mulheres, a ideologia patriarcal é culturalmente enraizada no discurso e na prática, e muitas vezes gera um processo de negação e alienação por parte das mulheres (DELPHY, 1981). Essa condição de oprimidas, nos gera também um processo individualizante, de vítimas passivas de uma relação (isso normalmente porque a condição de opressão da mulher é comumente compreendida num sistema privado, não considerando aspectos de interação social como trabalho, lazer, a forma de se vestir, de se portar pela sociedade), e se somos vistas como vítimas de um processo, moralmente somos julgadas pelo papel que desempenhamos, e não pela opressão que sofremos! Somos vítimas e nos vitimamos por isso; assim age a moral que constrói os argumentos necessários para se manter a lógica patriarcal.

A seguir, na mesma postagem elas apresentam duas concepções acerca do que o feminismo, enquanto movimento social, busca atingir:

1ª) Direito das mulheres: essa definição se baseia na igualdade entre mulheres e homens,

iguais condições de vida em todos os aspectos de sociabilidade. As Sufragistas foram as protagonistas do direito ao voto – em uma perspectiva mais política – nos ajudaram a ocupar um espaço público que até então nos era negado;

2ª) Emancipação das mulheres: essa definição se baseia na luta pela liberdade das restrições impostas ao sexo feminino, na conquista da autodeterminação, autonomia, liberdade biológica, ou seja, a não obrigatoriedade de ser mãe. Muitas feministas Radicais entendem que a categoria feminilidade está relacionada com determinações machistas, como se usar artifícios estéticos fosse fundamental para valorizar uma imagem que nos define e nos oprime por tabela (FIRESTONE, 1970). A liberdade nesse sentido, não tem a ver com o fato de nos sentirmos bonitas ou o desejo de enfeitar-se, mas da cobrança padronizada em forma de obrigatoriedade que nos é imposto: liberdade de poder usar uma saia curta sem nos colocar sob um aspecto de objeto, evitando fazer do nosso corpo, a matéria-prima das violências que sofremos.

No movimento Radical, as ramificações da corrente são inúmeras, de acordo também com as especificidades das mulheres que compõe os movimentos, a crítica ao dever social conferido pelas questões biológicas que comportamos e a base do movimento, segundo o Blog, a base primária para qualquer corrente do movimento Feminista Radical, pois essa obrigação, que muitas vezes, nós mulheres não contestamos, apenas reproduzimos é opressão velada. O desejo e o ordenamento das experiências cotidianas, possuem uma linha tênue de divisão, é necessário romper com estereótipos tão difundidos como a maternidade, o casamento, a heterossexualidade compulsória, a “capacidade” emocional; porém, desconstruir essas categorias que nos são apresentadas desde o nascimento – contos de fadas, brinquedos, namoradinhos – também requer que nós tenhamos a capacidade de nos desconstruir enquanto ser social, e esse processo é difícil (SALDANHA e col., 2013), pois a sociabilidade precisa responder questões como: “quem sou eu ?”

d) a concepção de Patriarcado: para esse Blog, a ideologia/conceito de Patriarcado fica sendo uma espécie de um sistema de valores constituído por homens e que tende a afirmar a dominação masculina e a subordinação feminina. Um arranjo social e institucional que mantém sob vigilância imutável todas as relações sociais entre homens e mulheres, e que é base estrutural de todas as relações, em todos os meios.

V) POLÊMICAS FEMINISTAS



terça-feira, 6 de janeiro de 2015

Feminismo e doenças mentais



Depressão, síndrome do pânico, TOC, anorexia, crises de ansiedade... ou você tem um desses ou tem uma amiga feminista que tenha. Nada mais do que esperado, afinal estamos sempre expostas a muita violência. Temos que lidar não só com a que nos atinge diretamente como também com a que fere outras mulheres.

Presenciar diariamente tanto horror, ler sobre, ver fotos, vídeos etc deixa as pessoas mais suscetíveis a recaídas nesses problemas psicológicos e psiquiátricos. Porém, "eu tenho problema de saúde mental X e você está piorando isso" vem sendo indevidamente usado para interromper discussões quando a outra está ganhando na argumentação. E isso é desonesto.

Depressão ou ansiedade não são meramente um incômodo que se sente quando se é contrariada. Quem usa isso cada vez que a discussão não caminha em seu favor está abusando da empatia alheia. Se não tem a doença em questão, está sendo grosseira com

Sobre este blog

Esta é a garrafa que porta o bilhete com um pedido de socorro de um naufrago. Está lançada ao mar: não sei se alguém lerá e, se ler, se alguém se comoverá e agirá. Mas, é a minha última tentativa.

Quem sou eu

Jenni Nummi

Meu nome é Jenniffer, milito no movimento feminista há 8 anos e estou um tanto saturada da forma como ele vem sendo conduzido. Por isso, resolvi criar um espaço em que seja possível falar sobre sem tabus e sem ter que concordar com as opiniões já majoritárias e canônicas, para propor debates e perspectivas novas.

Visualizar meu perfil completo

Arquivo do blog

Janeiro (1)

a) a concepção de feminismo Radical: Quem se apresenta como autora desse Blog é uma militante feminista chamada Jenniffer, há 8 anos militante no movimento. Para Jenniffer, o feminismo Radical é a corrente que pensa a sociedade estruturalmente, na qual o meio, os seres e a sociabilidade fazem parte de um conjunto que é coletivamente intrínseco. Ao mesmo tempo em que existe a busca pela liberdade e as escolhas individuais, para ela o feminismo Radical contesta essa liberdade, pois na sociedade desigual que temos, a autonomia de escolher o que se quer e ter uma noção ilusória de escolha, podem representar a mesma coisa, ou seja, não existe liberdade para as feministas Radicais, se a estrutura social não for desconstruída por completo.

b) a proposta do blog: “Esta é a garrafa que porta o bilhete com um pedido de socorro de um naufrago. Está lançada ao mar: não sei se alguém lerá e, se ler, se alguém se comoverá e agirá. Mas, é a minha última tentativa” (Jenniffer, 2016). Assim ela apresenta o blog, como um pedido simbólico de socorro que é reflexo real da vida das mulheres. Ela também utiliza o espaço da mídia como uma espécie de diário informal, no qual ela descreve suas “aflições” e suas experiências cotidianas através de reflexões.

c) questões/polêmicas: Jenniffer também faz uma postagem sobre o tema da saúde mental e a questão da mulher, intitulada de “Feminismo e doenças mentais”. No texto ela destaca a maneira como os homens se apropriam do estado mental das mulheres como forma de nos

manter na condição de assujeitadas. É cada vez mais corriqueiro uma mulher afirmar que foi taxada de louca pelo companheiro, marido, namorado, irmão, pai. Toda essa fragilidade emocional que nos é colocada como especificidade da mulher, nada mais é, segundo Jenniffer, uma determinação patriarcal de manter nossas mentes “dóceis”, uma resposta do Patriarcado as justificativas de nossa subordinação, questão abordada por Shulamith Firestone (1970). As relações que somos submetidas, a objetificação dos nossos corpos, a violência psíquica e física, nos coloca em um processo de estafa tão grande, que ser louca nessa sociedade, para nós mulheres, é lugar comum.

Outro ponto que a autora do Blog levanta, reconhecendo-se como feminista Radical, é uma crítica aos movimentos de esquerda, ou seja, de acordo com Jenniffer adota-se um discurso de “lutarmos juntos pela igualdade” entre mulheres e homens, nesse processo de desconstrução de uma sociedade machista. O que acontece, porém, é que as mulheres ainda são silenciadas nos seus espaços de fala, ainda são consideradas as “putas” que ficam com os camaradas do movimento, precisam ser depiladas e estar à altura de um padrão de beleza. Questões que são invisibilizadas em público, ou seja, não estão presentes nas falas desses “companheiros” esquerdistas, mas que nos espaços de relação privada, é corriqueira. Esses camaradas de luta, ou “esquerdo machos”, como “carinhosamente” são conhecidos implementam a mesma lógica machista que a desigualdade de classe não consegue mascarar. O Patriarcado, é o pai de toda a desigualdade social.

Jenniffer também se posiciona em relação ao movimento Trans, visualizando suas necessidades e especificidades individuais. Afirma que não se deve tratar a opressão de outrem com hostilidade, porém sua análise enxerga que o movimento Trans se torna uma ameaça ao processo histórico de opressão que as mulheres são submetidas.

d) a concepção de Patriarcado: a ideologia/ conceito que ela apresenta acerca do Patriarcado em suas postagens remetem a um “...sistema de organização social e econômico que delegou aos homens o poder econômico e o controle social...”, segundo suas próprias palavras, o Patriarcado é um sistema, tanto quanto o Capitalismo, que se desenvolve através das relações sociais e que beneficia os homens diretamente.

VI) RADFEM.INFO



a) **a concepção de feminismo Radical:** segundo esse Blog, os feminismos de ação Radical são aqueles que entendem o meio de vida social das mulheres como sendo uma condição de opressão constante, devido a uma característica biológica: ser fêmea. Compreendem que não apenas o processo legislativo de pensar a garantia dos direitos da mulher está condenado, mas que a estrutura social da sociedade está “fundamentalmente errada”. No Blog fica claro que “todas as feministas que concordam que a diferenciação que possuímos em relação aos homens se encontra principalmente na reprodução, podem se identificar com a corrente Radical”. A “segunda onda” é citada, como precursora na representação dessa corrente feminista, uma vez que segundo a(s) autora(s) “...fizeram parte dos movimentos pelos direitos civis, pacifistas e também dos movimentos operários...”. Não possui uma identificação pessoal enquanto participantes/autoras que mantém a página.

b) **a proposta do Blog:** o presente Blog procura através da disponibilização e publicação de textos (com espaço para perguntas e respostas) trabalhar com a disseminação do conhecimento sobre a corrente radical, polemizando questões que se apresentam no cotidiano das mulheres. A lista de artigos disponíveis nesse Blog possui um cunho politizado, abordando assuntos da ordem do dia, trazendo autoras de renome e reconhecidas pela academia nos Estudos Feministas. Um dos artigos disponíveis no Blog é a tradução do texto original de Shulamith Firestone: “A Dialética do Sexo”; da mesma forma, a tradução do artigo de Denise Thompson: “Radical Feminism Today”, bem como a tradução do artigo “The Transsexual Empire” de Janice Raymond, trazem um embasamento teórico para as questões abordadas no Blog.

De acordo com a responsável pelo Blog, a ação política deve ser construída, a partir da seguinte pergunta: “Qual é a origem da opressão das mulheres? ”, que ao meu ver, é bastante pertinente, uma vez que a maioria dos Movimentos Feministas surgem para desvendar essa pergunta. Para esta corrente radical – e seguindo a perspectiva desse Blog específico – a resposta à pergunta citada “consiste na opressão derivada das diferenças biológicas entre homens e mulheres, principalmente diferenças ligadas a reprodução sexual, que se refletem no processo de socialização baseado em opressão para as mulheres”.

c) questões/polêmicas: uma questão polêmica identificada neste Blog é a concepção, aceitação e entendimento sobre a Transexualidade. Para as coordenadoras do Blog, o homem é ser um ser dotado de privilégios que norteiam a sociabilidade dos indivíduos que nascem com um pênis (sexo biológico). Se o sistema Patriarcal se alimenta de uma desigualdade social, logo a outra parcela de indivíduos, as mulheres, nascem e socializam suas vivências sem partilhar dos privilégios sociais. Apesar de não acreditarem na vertente essencialista, de que existe uma essência na construção social do ser mulher, elas compreendem que ser mulher biologicamente vinculada a uma vagina (sexo biológico) é majoritariamente ser excluída e oprimida, ou seja, ser mulher está ligado diretamente a identidade corporal que estas apresentam, bem como o corpo se torna matéria-prima de opressão.

Apesar de apresentarem “certo entendimento” sobre a condição de opressão que as mulheres Trans vivenciam, incluindo a vulnerabilidade social, o desemprego, a exploração e objetificação corporal, as autoras do Blog entendem que as mulheres Trans devem construir um movimento só delas, que pautar justamente as especificidades perante as demandas que encontram nas suas vivências. Com este encaminhamento, inferem que não aceitam que uma transexual possa identificar-se como mulher. Conforme descrito no Blog, a necessidade de se pautar movimentos que se relacionem com as especificidades de cada mulher, propicia um espaço de menos conflito teórico e ativista.

d) a concepção de Patriarcado: a perspectiva adotada pelo Blog, a respeito do Patriarcado é de que essa ideologia/conceito normatiza o padrão de sociabilidade, configurando assim um processo de dominação acerca da genitália de cada indivíduo, e que a partir dessa característica biológica, nós mulheres somos estigmatizadas e controladas. Uma vez que a própria sociedade se pauta em uma postura que enaltece o homem e o corpo masculino, e denigre a mulher e objetifica seu corpo, a própria noção de feminino e padrão de beleza e de

comportamento são formas que a ideologia Patriarcal utiliza para manter sob controle esse regime desigual.

VII) VULVAREVOLUÇÃO



a) a concepção de feminismo Radical: A autoria do Blog é atribuída a uma jornalista de Brasília que não se identificou. Sua concepção de feminismo Radical não está posta de forma marcada, o que ela faz é uma referência a um movimento de mulheres para mulheres. Segundo a autora do Blog “...não me considero feminista radical, por me achar bastante leite com pêra, mas me alinho com diversas ideias que giram dentro desse movimento. ” (2014). O fato dela se alinhar as teorias postas pelo movimento feminista Radical e suas variações vai muito de acordo com a postura que eu tenho em relação ao feminismo radical.

b) a proposta do blog: esse blog tem como proposta uma função de partilhar interpretações mais pessoais por parte da autora, uma vez que ela se identifica como feminista, mas não é militante de nenhuma corrente. Também denota um caráter de diário informal.

c) questões/polêmicas: dentre as questões que ela aborda no Blog, uma delas é sobre o processo de Impeachment – ou golpe de Estado - que a ex presidenta (utiliza a palavra no feminino) Dilma Rousseff sofreu. Ela, enquanto Jornalista, faz uma análise desse processo de forma pessoal e também pelo ângulo de trabalho. Ela analisou as inúmeras pichações que tomaram as ruas, e como estas se modificaram no decorrer dos meses até o momento do

juízo. As ruas, se tornam veículo de informação, disseminação de ideias, de discursos de ódio, formam opiniões, mesmo que ainda seja usada uma linguagem marginalizada pela sociedade. Analisou também o discurso dos deputados que votaram a favor do Impeachment, que para além do “circo de horrores” envolvendo suas famílias e opiniões religiosas que causam verdadeiros pesadelos, os argumentos estavam sempre na ordem mais conservadora possível, “irradiando” machismo e misoginia. Sua opinião, fica bastante evidente, quando ela afirma, que além de ser um retrocesso é também, um golpe elitista da Política brasileira, um golpe do Patriarcado, isso porque os ataques – digo, depoimentos – realizados contra a Dilma, caíram muitas vezes em argumentos pessoais e de cunho machista, os homens que compõem nossos espaços políticos, contribuem em massa para o conservadorismo mais perverso; seu interesse, em qualquer escala, sempre vai ser permear essa desigualdade que se encontra entre os sexos/gêneros, pois a eles beneficia. O que deve tê-los deixado muito desconfortáveis é o fato de estarem sendo governados por uma Mulher, é como aceitar uma possível condição de submissão por parte deles. É muito difícil para os homens deixar-nos ocupar livremente os espaços de exercício do Poder, e como cita a autora do Blog: “Informação é Poder”.

A segunda postagem que destaco nesse Blog é a de um movimento realizado por um coletivo intitulado NÃO ME KHALO, mais conhecido como as hashtags “meu amigo secreto”. A estratégia utilizada pelas hashtags foi divulgar, de forma anônima, casos de violência e abuso que sofremos cotidianamente. Esses relatos foram feitos por mulheres ou grupos de mulheres nas redes sociais, objetivando uma troca de experiências sobre esses assuntos, gerando conversas, desabafos, troca de materiais e conhecimentos. Essas hashtags foram bastante importantes, para que as mulheres reconhecessem, inclusive nos seus círculos mais restritos ou mais íntimos, como os casos de violência e abuso são recorrentes, mas pouco divulgados. Foi uma forma de quebra de silêncio, e para muitas mulheres, uma forma de dividir o peso que essas experiências surtem em suas vidas. Muitos homens se deram conta de suas atitudes, e puderam presenciar o quanto essas formas de violências, esses abusos são repudiados por nós. Essa iniciativa serviu de impacto para acabar com a normatização da violência, e construir um movimento de resistência cada vez mais consciente para nós mulheres.

d) a concepção de Patriarcado: a ideologia/conceito de Patriarcado neste blog se encontra mais presente no que ela acredita que possa cada vez mais desconstruir essa lógica, todas as suas postagens se voltam a favor de uma política de mulheres para mulheres, um reforço de

como as ações políticas “de nós para nós” podem desconstruir a lógica Patriarcal. A preocupação aqui, não foi de estruturar um conceito ou ideia, embora ela dialogue com algumas autoras Radicais, mas em pensar nas práticas que nos possibilitam chegar o mais perto possível de uma sociedade menos opressora.

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve o intuito de problematizar as questões que são trazidas pelos movimentos sociais Feministas, bem como a necessidade de construirmos cada vez mais, independente das especificidades de cada grupo, um Movimento Feminista consolidado e perseverante. As necessidades que ao longo desse trabalho foram descritas, mesmo que brevemente, são indícios do porque o Feminismo se faz presente: para existirmos.

A minha escolha em debater um Feminismo muitas vezes, pouco visado e estigmatizado, enquanto corrente ideológica e ação prática, como é o Feminismo Radical (SILVA, 2008) além de um processo de curiosidade, e que apesar de algumas posturas do Feminismo Radical se apresentarem impróprias, serve para mostrar que não é uma corrente feminista negativa.

Aqui faço um adendo de justificar que me identifiquei com algumas características que o Feminismo Radical possui, embora discorde de alguns posicionamentos políticos do feminismo Radical referente a outras correntes, mas esse trabalho não tem o intuito de moralizar uma luta social, isso porque na minha percepção e análise, moralizar os movimentos sociais que constroem maneiras de existirmos e sobrevivermos a toda essa sociedade desigual é um dos problemas na contemporaneidade, e que sim, serve muito bem ao Patriarcado enquanto categoria de exploração, uma vez que o Patriarcado possui essa forma de desqualificar o movimento, que muitas vezes se reflete num posicionamento de mulheres com dificuldades de se entenderem feministas com medo de carregar um estigma negativo (SALDANHA e col., 2013).

Todo o processo de construção Feminista, como foi descrito ao longo desse trabalho, na verdade é um grito preso na garganta de nós mulheres, por estarmos a séculos vivendo sob a prerrogativa de uma subordinação de existir. Existe um clamor latente, e aqui estão nós, mulheres construindo esses movimentos Feministas, suas incríveis teorias e lutando em defesa de uma história que seja nossa, autoral e protagonizável, como cita Joana Pedro (2011).

Na contemporaneidade, com a ebulição das mídias sociais, o momento está cada vez mais propício para que o debate seja cada vez mais amplo acerca da luta pelos Direitos da mulher, bem como a desconstrução do sistema de opressão que assola a nossa existência enquanto classe marginalizada. Essa resistência se transforma em um processo de construção para que cada vez mais tenhamos o espaço para lutarmos contra o processo de opressão e subordinação. Ainda há muito a se fazer, visto que estamos ainda num processo à margem de

um possível sistema igualitário.

O movimento Feminista e suas correntes tende a desconstruir inúmeros fatores que culminam na violação da nossa liberdade, dos nossos Direitos e também paradigmas, que estão postos no processo histórico de sociabilidade e que por muito tempo, deixaram de ser estudados/analísados. Segundo Teresa Lisboa:

“Com os paradigmas histórico-críticos e culturais, propostos pelo feminismo, somos convidados a adotar uma ‘perspectiva de gênero’ em nossas mediações teóricas, partindo de uma concepção crítica da ‘visão androcêntrica’ da humanidade, que acabou por excluir metade do gênero humano dos espaços socioeconômicos e políticos. A perspectiva de gênero propõe lançar um novo olhar sobre a realidade a partir das mulheres e com as mulheres revolucionando a ordem dos poderes.” (2010, p.70)

Esses movimentos Feministas contemporâneos em crescimento, construção, adesão e visibilidade que se encontram no cotidiano de nós mulheres, e também se faz presente nas relações entre os seres independente de suas escolhas de gênero, está cada vez mais saindo do modo acadêmico e tomando as ruas, os espaços públicos, as relações privadas, a instituição família, o campo político e demais realidades. Toma a casa da mulher branca e rica, mas estampa as melodias das novas funkeiras da periferia, dialoga entre os idiomas. E por mais que exista ainda um imaginário social pejorativo, o movimento Feminista passa a construir uma imagem que difere da interpretação que a sociedade fazia, que era a de um “radicalismo assustador” em que as precursoras mulheres que queimavam seus sutiãs nas praças, e como cita Shulamith Firestone, não sentiam a necessidade de se casar, eram tidas como loucas, lésbicas e pouco femininas, características impostas na sociedade como negativas.

Existe um choque cultural de uma sociedade machista e Patriarcal que já se dizia moderna ao se confrontar com o processo de indignação presente nas nossas reivindicações. Para nós, mulheres, a realidade é demasiada assustadora, pois essa nossa sociedade “moderna” condena a nossa liberdade e glorifica a opressão que vivíamos e vivemos. Ter conhecimento dessa opressão facilita o entendimento da força tarefa necessária para combatela, para que a informação seja melhor vinculada, para que quem oprime se dê conta de que o processo de violência não é romantizado, não é belo e não é necessário para manter a sociabilidade – uma vez que a violência só cabe aos processos de desigualdade econômica, social e política.

Desconstruir esse processo desigual que permeia o processo histórico dos seres é complicado, pois a lógica Patriarcal romantiza as estruturas mais específicas da sociedade,

que toca nas subjetividades de cada sujeito, somos reduzidos a uma incansável roda viva, no qual o sistema que procriamos nos estupra e mata todos os dias; é a lógica perfeita (SALDANHA e col., 2013).

A concepção de opressão, é bastante explorada atualmente e que está implícita em toda e qualquer espécie de relação social, visto que nosso sistema econômico se baseia numa compreensão de exploração e desigualdade. Uma vez que sou impelida de exercer minha liberdade e meus Direitos, sou não apenas violada, mas violentada.

Assim como o feminismo Radical e suas ações radicais pretendem causar um impacto, convidando os seres a saírem da zona de conforto de suas vidas, eu me propus nesse trabalho utilizar termos agressivos (alguns até coloquiais), para defender a necessidade da desconstrução dessa sociedade opressora. Existe uma dificuldade em se utilizar determinados termos tidos como agressivos, pois a linguagem, seja ela escrita, falada ou simbólica, prescreve um discurso que é apresentado a quem ouve, lê e interpreta essa linguagem. Pensando assim, o próprio Patriarcado e a nossa sociedade como um todo, utiliza a linguagem, para através de um discurso misógino e machista, criar perfis padronizados de acordo com determinadas características, seja pela condição do sexo/gênero, de classe, de raça, e fomentam assim uma linhagem de opressão, no qual os oprimidos e os opressores são sempre os mesmos atores, permeando assim a lógica desigual, FOUCAULT em “ A ordem do discurso”, explicita:

“...que em toda a sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e temível materialidade. Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de *exclusão*. ” (1970, p. 4-5).

A globalização, permite uma velocidade na troca de informações, e sim ela contribui muito para desmistificar alguns processos de opressão, mas ela também cria vínculos de linguagem, acerca das opressões que criam uma falsa noção de normalidade, segundo Heleith Saffioti (2015) “...óbvio que a sociedade considera normal e natural que homens maltratem suas mulheres, assim como mães e pais maltratem seus filhos, ratificando deste modo, a pedagogia da violência. ” (p.79), ou seja, é um processo repassado de forma estrutural e funcional que molda a forma como nos relacionamos, estando todos sujeitos a cair nessa lógica Patriarcal que “... funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres...”, uma vez que somos sujeitas

políticos (SAFFIOTI, 2015).

Muitas vezes, ao conversar com a minha mãe, perguntava a ela, sem compreender ainda, os motivos pelos quais ela e meus tios quando crianças, não questionavam a violência que sofriam, e ela mesma ao responder essa minha questão, se questionava; obviamente, ela foi obrigada a naturalizar isso, independentemente de quais tenham sido as suas referências, através de uma linguagem simbólica da opressão/violência.

A construção societária imbricada nesses moldes Patriarcais, aponta, para a ideologia presente no movimento feminista Radical, uma necessidade de desconstrução radical dos pilares estruturais de sociabilidade existentes. Uma vez que segundo o que apontam as autoras e as militantes radicais (visto a análise dos blogs) não se pode pensar a liberdade da mulher, sem romper com o padrão de subordinação imposto nessa sociedade, o que resulta em desconstruir categorias até então entendidas como “normais”.

A variável para pensar a concepção de feminismo Radical encontrado nos blogs analisados, apontam que em suma, a mudança estrutural da sociedade bem e a desconstrução de todas as formas de opressão são a principal motivação do feminismo Radical, e que agir no intuito de resgatar o corpo e a sexualidade da mulher, desconstruir categorias comportamentais “intocadas” na sociedade moral, promover ações que causam impacto e um movimento de mulheres e para mulheres são necessários, são atos necessários para modificar essa condição de opressão que nos é imposta.

Shulamith Firestone desconstrói essas categorias “intocadas” na nossa sociedade, como: maternidade, família e o amor para pensar como essas “normalidades” impostas beiram o desejo, e passam a ser um reflexo imposto e reproduzido por nós. Shulamith (1970) no decorrer do seu livro, quando detalha o Amor enquanto ato empírico e político, afirma sendo este a substância que nutre as relações amorosas e que concede a mulher o papel de submissão, devidamente, justificada. A cultura machista e o Patriarcado se instauram na vida cotidiana das mulheres, como raiz de um sentimento que brota nas nossas vivências de forma estagnada historicamente. João Gilberto foi feliz artisticamente ao escrever a canção que diz: “é impossível ser feliz sozinho”, mas que tipo de consequência esse tipo de propagação cultural pode impelir na vida das mulheres? Essa dependência emocional, que sentimos nós – a maioria das mulheres – ao estarem “sozinhas” ou sem nenhum relacionamento estável, nos gera uma cobrança e um sentimento de insegurança, absurdos. Dependemos emocionalmente de uma fonte de segurança – nos relacionamentos – que nos mostre que então não estamos a sós nesse mundo, e me atrevo a afirmar, dependemos de uma fonte masculina de segurança,

seja conscientemente ou não, pois somos forçadas a crer, através da construção social, que o homem é fonte responsável pelos nossos sentimentos, desejos e ações. Por esse motivo, e tantos outros, muitas de nós nos fazemos reféns em relações abusivas, pelo banal motivo de preferirmos uma relação violenta, a um status “mediocre” perante a sociedade: status de solidão. Essa maneira de constituir uma relação, e posteriormente, uma família nos gera inúmeras frustrações, inúmeras violências, e a sobra de tudo aquilo que o Patriarcado nos impõe “goela a baixo”. (SHULAMITH, 1976). Claro, que a autora em seu livro não quer fazer uma revolução no que concerne sentimentos, mas neste trabalho, ela deixa clara a sua motivação ao criticar os moldes nos quais esse romantismo vendido a nós mulheres, desde que somos crianças, nos torna prisioneiras, pois o amor “romântico” é uma bela face do Capitalismo, é um signo criado pelo Patriarcado, é uma linguagem simbólica que nos molda e mantém em estado de “controladas”.

Faço um adendo, no percurso deste capítulo que ela desconstrói a política do Amor, sob fato de que, além das relações que entendemos serem de cunho amoroso, a política do Amor se concentra também nas relações afetivas. Ela utiliza categorias da psicanálise para fins de diálogo – categorias estas que não irei aprofundar neste trabalho específico – que Freud utilizou, baseando-se no papel da mãe. A mãe é figura ímpar nas relações de família, pois são essas que desempenham todo o fechar de ciclo do Patriarcado. As mulheres provedoras do lar e cuidadoras de seus filhos, são a referência para as filhas, meninas que estão se desenvolvendo e aprendem com suas mães como se portarem e tomarem conta de uma casa, e referências para seus filhos meninos, que aprendem como esperar tudo de uma mulher, e que possivelmente vão depositar toda a “dependência” do lar e de suas frustrações em suas futuras companheiras – reflexo de suas mães, ou seja, a instituição família resguarda em uma ótica privada e silenciosa o que significa a prática do amor incondicional enquanto causador político de uma manutenção Patriarcal (NARVAZ E KOLLER, 2006).

Outro ponto levantado por Shulamith, foi a questão do empoderamento. O movimento feminista Radical tem uma pauta bastante latente que é a permanência das mulheres nos espaços de exercício de Poder, questão que para a minha análise é fundamental. Isso acontece pois elas entendem a opressão como posta pelo fato de nascermos e, conseqüentemente, estarmos sujeitas a sociabilizar como mulheres numa sociedade Patriarcal. Para o feminismo Radical, as mulheres não possuem a liberdade de identidade de Gênero, pois basta nascer com uma vagina para ser comprimida em um regime machista de experimentação da vida, desde as brincadeiras e os brinquedos (bonecas, casinhas, cozinhas, vassouras) até nas suas obrigações

diárias (uniforme, cor da roupa, competição feminina). Não é necessário militar no movimento feminista Radical para compreender que a socialização entre meninas e meninos é inegavelmente diferente, e repleta de privilégios e não privilégios. Essa socialização não é necessariamente vista como pessoal a cada indivíduo, já que ao sistema e a ideologia Patriarcal, o que se entende substancial para a manutenção da desigualdade é a relação que existe entre os privilegiados e os não privilegiados; o que interessa é a manutenção da relação de hierarquia presente nessa configuração, transformando os sujeitos em categorias de (re)produção. (DELPHY, 1981).

Como a ideologia Patriarcal, e todo comportamento machista, misógeno e violento é romantizado/naturalizado na nossa sociedade, qualquer comportamento que se oponha a isso, logo é tido como desviante. Ser desviante na nossa sociedade só possui dois significados: ser marginal ou ser louco, pois o contrário disso é ser padrão, e o padrão é o molde que determina em qual variante da estatística nós fazemos parte, dentro da sociedade desigual que temos. Então, não é difícil, tanto para eu mulher que escrevo, tanto para você mulher que lê, lembrar de alguma experiência empírica no qual foi chamada de louca.

Tendo em vista isso, e a questão do empoderamento feminino ser pauta nos movimentos sociais Feministas, é que a proposta dos blogs que analisei em suma pretendiam apenas uma coisa: compartilhar conhecimento. Empoderar as mulheres é proporcionar que estas compreendam o processo de opressão e subordinação, e a partir do momento em que se apropriam dessa informação possam de fato ter a liberdade de escolha de modificar a realidade. Não se modifica um sistema desigual, sem compreender a sua gênese e quais as ferramentas necessárias para desconstruí-lo. Ser chamadas de loucas (e sinônimos) e isso ser um fator recorrente nas nossas vivências cotidianas é apenas mais um dispositivo utilizado pela sociedade e imposto em (suma maioria) por homens, para que estes consigam nos desqualificar nas discussões, nos embates, nos espaços públicos e privados, e que assim, nós permaneçamos nos lugares que nos cabem, longe de conhecer e procurar modificar toda essa situação perversa em que nos colocaram (SALDANHA e col, 2013). A loucura é um espaço que cabe bem a mulher, todo o processo de descoberta sexual e de lucidez do que significa ser mulher e reconhecer o processo de alienação, perpassou este conceito; pois a Loucura é um conceito, uma categoria analítica, uma experimentação psicológica e um lugar; ser louca é atestar a falta de sanidade, ser louca numa sociedade machista é lugar comum.

Ser mulher nessa sociedade, implica um risco aos padrões instaurados, padrões esses que culminam em: relação de desigualdade proposta e reproduzida pela sociedade a fim de

manter o Sistema Capitalista, numa desordem do sistema de propriedade privada o qual o homem é dono e a mulher o seu objeto (sendo tão propriedade quanto) e finalmente, mas não menos importante, em risco nos métodos de exercer o Poder, segundo Heleieth Saffioti “...a mulher foi socializada para conduzir-se como caça, que espera o ‘ataque’ do caçador.” (2015, p. 28).

A mulher então, indignada com a forma como se “encaixa” nessa sociedade de horrores, começa a modificar a sua imagem, a sua importância, reivindica seu espaço que lhe foi retirado e pensa sua vida liberta de necessidades impostas como a instituição família e o casamento. Começa a desempenhar funções até poucos anos atrás impensadas como a liderança de espaço empresariais e políticos, obviamente ainda no tempo presente, caminhos cheios de percalços. Começa dentro da lógica Patriarcal, desenhar seu próprio processo enquanto deliberação política e sujeita de suas ações, ocupando espaço nessa lógica Patriarcal (MORGANTE e NADER, 2014), muitas vezes reproduzindo o discurso de dominação, mas no meu entendimento, nunca a prática (enquanto categoria social). A mulher ao ocupar espaços políticos, se vê compelida de trabalhar não apenas a aceitação política, mas também uma espécie de aceitação por ser mulher, e aqui questiono essa “aceitação/aprovação”, se não apenas no espaço político, mas em qualquer espaço que habitamos, se não estamos travando uma corrida atrás de uma “aceitação”, como se o estado de ser mulher, fosse do campo do perverso, do indesejável, quando na verdade o sistema de subordinação nos é imposto possui uma lógica perversa.

O blog vulvarevolucao.com abordou o caso de impeachment da ex Presidenta Dilma Rousseff, que casa bastante com essa questão do espaço político que gostaríamos de ocupar. Segundo a autora do blog, esse processo se deu não apenas enquanto Golpe de Estado, mas enquanto medida emergencial pela ideologia Patriarcal, pois independente das condutas partidárias ou executadas no mandato de Dilma (que não cabem a análise desse trabalho) uma mulher ocupar o cargo de maior importância e representatividade do exercício de Poder, a Presidência, causa inúmeros conflitos a uma sociedade que sempre enxerga representatividade em um homem. Durante seu mandato, Dilma teve seu nome estampado em diversas manchetes, nos espaços de mídia, questões como o termo Presidenta, sua roupa, a sua possível inclinação para fragilidade, entre outras questões que aparentemente não são contestadas ao mandato masculino, foram postas em voga.

Todo esse fervor em relação a condição de ser mulher e Presidenta que Dilma enfrentou, impõe sim uma condição de fragilidade, que nada tem a ver com o fato de ser

mulher, mas com os inúmeros questionamentos implantados de ordem psíquica, e aqui novamente, o estado de Louca (ou sinônimos como “pouco preparada” e “emocionalmente instável”) se torna um motivo de excluir a mulher dos espaços públicos. A ordem é evidente, a mulher deve ser evitada em qualquer espaço no qual gera uma concorrência a “plenitude” masculina, e os homens de forma consciente ou não, propagam uma espécie de solidariedade que culmina nesse processo, segundo Heleieth Saffioti “...relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres” (2015, p. 111).

Nesse aspecto, o curso de Serviço Social tem bastante a compor podendo investir, dentro das linhas acadêmicas, uma área do saber que vinculasse as questões Feministas, de Gênero e a própria discussão da Masculinidade e do exercício de Poder para e a real contribuir com desconstrução das ideologias desiguais do Patriarcado.

Não quis de forma nenhuma, causar um sentimento de rejeição aos homens, até porque seria de tamanha hipocrisia, uma vez que o Feminismo pensa a igualdade entre mulheres e homens, mas não posso deixar de citar, que a ideologia Patriarcal por si só existe através de um modelo bem constituído, que é a categoria homem oprimir a categoria mulher. Como defendi anteriormente, e defendo nos espaços de discussões, acadêmicos ou pessoais, os homens têm muito a contribuir na construção de espaços de promoção da igualdade, mas é necessário, que eles compreendam que são peças chaves nesse processo desigual, e que mudar a sua postura é o primeiro passo, antes mesmo de aparecerem junto aos movimentos sociais com cartazes e frases de efeito Feminista. É evidente que o Patriarcado atinge a todos os seres, inerentemente, mas sim são os homens que ocupam os espaços de maior reconhecimento profissional, pessoal, e até alguns espaços que poderiam ser ocupados por mulheres, como cargos acadêmicos, indicações a prêmios para mulheres, polos estudantis de militância.

Ocupar esses espaços para nós mulheres, vai além de um processo de igualdade, mas de reconhecimento, de resistência, de ver outra mulher e entender que aquele espaço nos pertence, e não automaticamente vincular ao homem enquanto representatividade máxima de uma sociabilidade. Discutir esses processos nas salas de aula se fazem fundamentais, uma vez que busca a quebra de um processo hierárquico ainda vigente nos espaços acadêmicos, e que não estão livres de violências sexuais e psicológicas de gênero, promulgadas por professores e alunos. Nesse trabalho, tive um pouco de dificuldade admito, para compreender quais os processos que melhor se desenham no feminismo Radical, realizei leituras, e mergulhei nas

publicações de blogs que atualizaram questões cada vez mais pertinentes e cabíveis aos questionamentos que nós mulheres fazemos, mas foi um processo enriquecedor e de muita autocritica, uma vez que nos é comum cair em julgamentos precipitados e pouco construtivos (SALDANHA e col., 2013).

O conceito de gênero é categoria fundamental, para pensar o corpo, tanto o processo de liberdade como as diversas formas de dominá-lo na nossa sociedade e que apareceu nas variáveis acerca das questões levantadas pelos blogs e também nas definições de Patriarcado. Eu tenho interesse em aprofundar cada vez mais (dentro e fora da academia) no entendimento de corpo, para pensar a sexualidade, o comportamento e as obrigações culturais que culminam nesse processo de dócilização, conceito que Michel Foucault (1987) utiliza em um de seus trabalhos para pensar o controle silenciado imposto aos sujeitos. Falar de corpo, de Feminismo (s), de Movimento feminista Radical me deixou bastante confortável, porém muito apreensiva sobre qual o possível entendimento que as pessoas poderiam ter acerca de trabalhar com essa temática no trabalho de conclusão do curso de Serviço Social.

As motivações que me levaram a discutir essa questão como primordial, além das citadas na introdução, partem de uma liberdade de expressão que o curso também movimentou nos meus pensamentos, pois analisar a sociedade, pensar criticamente através de uma visão coletiva, pressupõe um entendimento mínimo do outro, não apenas como um processo empático, até porque garantir Direitos não se faz com empatia, mas no que cabe ao reconhecimento do outro, como a si, ou seja, sujeitos. Conhecimento é saber, exercício de Poder, então porque não partir de uma questão central, como o nosso próprio processo histórico enquanto categoria social Mulher? Mesmo que de maneira ainda tímida, pensando o processo crítico de quem não possui uma bagagem extensa de conhecimento frente as teorias acadêmicas, discutir a categoria Mulher e discorrer sobre as mulheres, sobre a narrativa feminista Radical e a nossa análise frente a uma movimentação cada vez mais emancipatória, me faz sentir protagonista, e esse sentimento de pertencimento também é uma forma empoderamento, como explicita Joana Pedro (2005).

Uma das críticas mais recorrentes, e que sim, apareceu nos relatos dos blogs que visitei (como citados no segundo capítulo) é uma certa resistência para as Feministas Rad de aceitarem o conceito de gênero. Para essas militantes – e deixo manifesto a minha preocupação em manter um entendimento que não culmine em julgar – a opressão que nós sofremos, é um aspecto cultural bem consolidado e emaranhado a quem nós somos e que tipo de vivências se desenrolam a partir disso. Shulamith Firestone (1970) que ao analisar o

processo histórico Patriarcal e a opressão dos sexos (segundo sua análise) trabalhou com uma categoria até então desconhecida para mim, que consiste em classe dos sexos. Para essa autora, e muitas autoras precursoras das discussões feministas radicais, bem como as narrativas presentes nos blogs que analisei, a questão central da opressão sob as mulheres se dá pela natureza/diferença biológica entre nós mulheres e homens, e que por muito tempo, foi suficiente trabalhar com essas duas categorias de sexo definidas e aceitas pela sociedade, uma espécie de complexo binário que serve de modelo de desigualdade. Os seres nascem mulheres ou homens, e nesse momento de designação de sexo, o corpo e suas funções biológicas são estritamente necessários, pois é a partir desse momento que a sociabilidade se faz de formas diferentes de acordo com o sexo que cada ser apresenta ao nascer.

As feministas Radicais enquanto primórdio de suas análises, utilizam esse conceito de sexos como fundamental para explicar a real imposição do Patriarcado e a real submissão das mulheres a esse sistema e seus precursores, os homens. Buscam, não apenas um sistema de igualdade, mas também uma mudança estrutural nas relações de Poder que sustentam nosso sistema econômico, político e social, questionam processos de feminilidade, instituições como família, o casamento, o mito do amor materno e a própria relação que as mulheres tem sobre o amor romântico e que para nós mulheres ainda geram inúmeros conflitos, pois em suma maioria, estamos cada vez mais considerando a liberdade de ir e vir, mas ainda resistimos – mesmo em espaços compostos apenas por mulheres – ao desconstruir sistemas acoplados as nossas vivências e ao sentido emocional que desde ao nascermos somos forçadas a aceitar e requerer, como base e sentido a quaisquer escolhas que optemos, podemos com mais “facilidade” compreender que nossa roupa não é motivo para sermos estupradas, mas afirmar que se pensa seguir a vida sem encontrar a tampa da nossa panela soa infeliz, solitário e ofensivo, segundo Shulamith Firestone “... as mulheres e o amor são escoras. Examinem-se eles, e a verdadeira estrutura da cultura ficará ameaçada.” (1970, p. 48).

A questão de gênero para o movimento Feminista Radical, possui algumas formas de serem descritas, mas que basicamente (pensando a pesquisa em blogs que realizei) culminam na mesma opinião. Para algumas mulheres que compõe o movimento Radical, o gênero, na nossa sociedade, é uma espécie de liberdade velada, uma conjuntura propícia ao Patriarcado para que as relações de opressão e submissão permaneçam inalteradas, com o subsídio de uma falsa liberdade que não questiona os padrões vigentes – como a feminilidade, a maternidade, o casamento – mas sim comportamentos que são alterados – as relações, a vestimenta – no vídeo “The End of Gender: Revolution, Not Reform | Deep Green Resistance” Rachel, uma

mulher ativista Radical, relata como elas encaram, dentro do movimento feminista Radical, as questões de gênero postas através da visão Liberal e Radical.

É importante salientar, que ao assistir esse vídeo, pude compreender melhor qual é o real significado de alguns segmentos tomarem lutas particulares, perpendiculares ao Feminismo com um grande grupo. Para as Feministas Rad, o conceito de corpo, como já descrevi é indispensável, uma vez que biologicamente a cultura o rastreia e resinifica o ser, através de suas funções biológicas, então existe aí uma dificuldade interseccional entre o feminismo Trans e o feminismo Radical, uma vez que para muitas feministas Rad, as pessoas Trans – muitas vezes com o recorte em pessoas que nasceram com a definição de homem e passam e se reconhecem enquanto mulher – na política de identidade que se apresenta como a auto declaração de gênero, independente de quaisquer características biológicas (como o caso recente de Carlota Miranda citado no blog Escrituras Radicais) possuem um processo de “opção”.

Para as Feministas Rad, além das pessoas Trans possuírem demandas que se diferenciam em questão de opressão (necessitando assim de constituírem um movimento que seja delas e que as represente, para evitar conflitos teóricos e práticos), algumas ainda vão além – através de uma postura que considero arbitraria sobre a questão de liberdade – criticam o fato de que a categoria gênero, possibilita que homens que são detentores de privilégios culturais, políticos, econômicos e sociais, se designem não binários ou Trans. Para algumas feministas Radicais, o gênero possui diferentes significados, como nesse vídeo que citei, no qual Rachel descreve e divide em duas categorias genéricas e faz uma análise mais aprofundada do que significa o gênero.

Para Rachel, existem duas definições mais essenciais de gênero, que ela desdobra a partir de suas vivências e de conversas com outras pessoas para entender e compreender qual a visão de gênero de cada uma, ela ainda afirma que só é possível uma conversa construtiva sobre gênero, a partir do momento em que as partes envolvidas compreendam qual a visão de gênero da outra.

A primeira definição seria de uma “...qualidade pessoal e individual pertencente a cada pessoa [...] uma percepção subjetiva do próprio indivíduo da sua posição dentro de um espectro entre masculino e feminino, que são ambos atribuídos neutros, politicamente” (Rachel, 2013), ou seja, a concepção que ela formulou baseada nas suas experiências, denotou que sexo e gênero nessa definição não se combinam, opressão na verdade só cabe quando as pessoas se identificam com um gênero que não é binário e que o sexo determinado no

nascimento das pessoas não possui um caráter político.

A segunda definição que ela explicita no vídeo, é que o “gênero é um sistema hierárquico que mantém a subordinação das fêmeas como categoria, aos machos através da força. Gênero é um sistema material de Poder que usa violência e da coerção psicológica para explorar o trabalho feminino, o sexo, o sistema reprodutivo, o suporte emocional, etc., para beneficiar os machos. Gênero não é natural ou voluntário, já que uma pessoa não é naturalmente subordinada e ninguém escolhe ser subordinado [...] aquelas consideradas fêmeas ao nascerem são socializadas a feminilidade pela cultura” (Rachel, 2013), ou seja, essa definição excluiria a necessidade de haver uma identidade de gênero, sendo que a própria divisão binária oprime uma categoria social, que no caso se dá pelas mulheres (ou fêmeas como ela cita), também nessa definição, cabe uma certa aversão ao processo de feminilidade imposto as mulheres que nada mais é do que um aspecto da subordinação e da opressão que sofremos.

Essas definições talvez tenham sido meu maior “enfrentamento pessoal” no trabalho que me propus, não por uma questão individual, ou mesmo de cunho pessoal, mas por compreender aqui, a dificuldade que se encontra no movimento Feminista, independentemente de sua corrente, pois para cada definição encontrada, uma relação subjetiva/regional/cultural acerca da relação de opressão que nos encontramos. Essa amplitude orgânica do movimento é uma característica contemporânea e que propaga informação com uma maior rapidez, é um aspecto global, mas também é uma disseminação que não é passível de controle qualitativo, uma vez que com a rapidez do processo de propagação de informação, elas ganham novas formas e arranjos, segundo Judith Butler:

“...o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes. É significativa a quantidade de material ensaístico que não só questiona a viabilidade do “sujeito” como candidato último à representação, ou mesmo à libertação, como indica que é muito pequena, afinal, a concordância quanto ao que constitui, ou deveria constituir, a categoria das mulheres.” (2016, p.18)

Existe um processo por parte desses movimentos Feministas mais contemporâneos de que a representação política da mulher perpassa por um processo de “aprisionamento” político, como cita Judith Butler “...a crítica feminista tem de explorar as afirmações totalizantes da economia significante masculinista, mas também deve permanecer autocrítica em relação aos gestos totalizantes do feminismo.” (2016, p. 37), e por ser nos movimentos feministas um espaço político máxima representatividade das mulheres, evitarmos posturas

ditatoriais. O feminismo Radical, também pensa a desconstrução desse lugar/categoria mulher (ou homem), que poderia ser uma ação aliada no combate as expressões dessa sociedade Patriarcal (DELPHY, 1981).

Existe sim, uma necessidade, e isto não é uma novidade, nas discussões que realizam uma crítica a esse processo neoliberal de manutenção de uma sociedade Capitalista de rever essa sociabilidade, essas práticas compulsórias disfarçadas de “tudo pode”, esses discursos e linguagens midiáticas, e aprofundar cada vez mais no que esses movimentos Feministas tem a acrescentar na narrativa histórica de nós mesmas. A questão não é engessar os movimentos sociais, e principalmente, visto ser o recorte, os movimentos feministas Radicais, mas devido a esse processo global, e a essas ferramentas de linguagem que movimentam um ordenamento de aceitação ou de exclusão, estarmos cada vez mais atentas ao impacto que a lógica Patriarcal gera influenciando sim essa passiva liberdade, que não é questionada muitas vezes, apenas reproduzida. Uma liberdade condicionada, não é uma liberdade real, é apenas uma ilusão; ainda nessa sociedade “moderna” ou pós-moderna, como citam alguns, não apenas lutamos para existir, como para sobreviver e resistir. Encerro esse estudo, parafraseando Maria Lacerda de Moura, e desejando que nesse sistema Patriarcal, continuemos construindo nosso processo de liberdade real, e que sejamos cada vez mais “indesejáveis”⁸.

⁸ "Sou "indesejável", estou com os individualistas livres, os que sonham mais alto, uma sociedade onde haja pão para todas as bocas, onde se aproveitem todas as energias humanas, onde se possa cantar um hino à alegria de viver na expansão de todas as forças interiores, num sentido mais alto – para uma limitação cada vez mais ampla da sociedade sobre o indivíduo." Frase de Maria Lacerda de Moura. In: <https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/mulher/09marialacerda.htm>

REFERÊNCIAS

- AYRES, Melina de la Barrera. **As representações da deficiência física na telenovela viver a vida. Uma etnografia de tela da intimidade: cuidado, corpo e sexualidade.** In: Biblioteca Universitária, repositório institucional da UFSC – tese de doutorado. 2015.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo. Fatos e Mitos (Vol. 1).** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BUTTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação.** SP. Cultrix, 1986.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** In: Revista Estudos Feministas, v.1, 2002.
- DELPHY, Christine. **Le patriarcat, le féminisme et leurs intellectuelles.** Nouvelles Questions Féministes, n 2, Féminisme: quelles politiques? p. 58-74, out. 1981.
- FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista, v. I.** Tradução de Vera Regina Rabelo Terra. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1970.
- FOUCAULT, Michel. **A vontade de saber I. A história da sexualidade.** São Paulo: Editora Graal, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Ordem do Discurso.** Paris: Éditions Gallimard, 1970.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 1987.
- GOHN, Maria da Glória. **Mulheres-atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático.** In: Revista Política & Sociedade Nº 11, Florianópolis, UFSC/CFH, outubro de 2007.
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias.** Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papyrus, 1990.
- HEMMINGS, Clare. **Contando estórias feministas.** In: Estudos feministas Florianópolis, v. 17, n.1, 2009.
- LENGERMANN, Patricia Madoo e NIEBRUGGE-BRANTLEY, Jill. Teoria Feminista Contemporânea. IN: RITZER, George. **Teoria Sociológica Contemporânea.** McGRAW-HILL Interamericana de Espanha, Madrid, 1993.
- LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, feminismo e Serviço social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão.** In: Revista Estudos Feministas, v. 13, n. 1, 2010.

MATOS, Marlise. **A Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político.** In: Encontro Anual da ANPOCS, 38. 2014, Caxambu. P. 1-28.

MIRES, Fernando. **La Revolución que nadie soñó o la outra posmodernidad...**, Caracas, Nueva Sociedad, 1996.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. **O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico.** In: Encontro Regional de História da Anpuh- Rio, 16. Anais. 2014, pp. 1- 10.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio.** RJ: Rosa dos Tempos, 1992.

NAVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa.** In: Revista Psicologia & Sociedade, v.18, n.1, 2006.

NYE, Andréa. **Teoria Feminista e as Filosofias dos Homens.** Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1995.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: Feminismo Tropical em Paris.** In: Revista do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, v.9, n. 14, 2007.

PEDRO, Joana Maria. **Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea.** In: Revista Scielo online, v. 12, n. 22, 2011.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** In: Revista Scielo online, vol.24, n.1, 2005.

PINTO, Céli Regina. **Feminismo, história e Poder.** In: Revista Sociologia Política Curitiba, v. 18, n. 36, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RIAL, Carmen. **Antropologia e mídia: breve panorama das teorias de comunicação.** Revista Antropologia em primeira mão. Florianópolis: Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. "Rearticulando gênero e classe social". In: COSTA, Albertina O. & BRUSCHINNI, Albertina. **Uma Questão de Gênero.** Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos & Fundação Carlos Chagas, 1992.

SALDANHA, Marília; SCARPARO, Helena Beatriz; STREY, Marlene Neves. **Porque não somos todas feministas?** In: Revistas Unilasalle online, n.22, 2013.

SARDENBERG, Cecília M. B. **Estudos feministas: um esboço crítico**. In: Célia Gurgel (org.) Teoria e Práxis dos enfoques de Gênero. Salvador: REDER-NEGIF, 2004.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Feminismo radical: pensamento e movimento**. In: Revista Onioeste, v. 2, n. 3, 2008.

TAVARES, Manuela; BENTO, Almerinda; MAGALHÃES, Maria José. **Feminismos e Movimentos sociais em tempos de globalização: o caso da MMM**. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO de CIÊNCIAS SOCIAIS, 8, 2004, Coimbra. P. 1-17.

The End of Gender: Revolution, Not Reform | Deep Green Resistance. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=Ot8cBm0YmXo> acessado em 12 de novembro de 2016.

Blog Blogueiras Negras. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org>> acessado de setembro a novembro de 2016.

Blog Escrituras Radicais. Disponível em: <<http://escriturasradicais.blogspot.com.br/>> acessado de setembro a de novembro de 2016.

Blog Coletiva Manas Chicas. Disponível em: <<https://manaschicas.wordpress.com/>> acessado de setembro a novembro de 2016.

Blog Material Feminista. Disponível em: <<https://materialfeminista.milharal.org/>> acessado de setembro a novembro de 2016.

Blog Polêmicas Feministas. Disponível em: <<http://polemicasfeministas.blogspot.com.br/>> acessado de setembro a novembro de 2016.

Blog Radfem. Info. Disponível em: <<http://radfem.info/>> acessado de setembro a novembro de 2016.

Blog Vulva Revolução. Disponível em: <<https://vulvarevolucao.com/>> acessado de setembro a novembro de 2016.

Bertha Lutz. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>> acessado em 12 de novembro de 2016.

A conquista do direito ao voto feminino. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/>> acessado em 12 de novembro de 2016.

Não binaridade de gênero. Disponível em: <http://pt-br.identidades.wikia.com/wiki/N%C3%A3o-binaridade_de_g%C3%AAnero> acessado em 13 de novembro de 2016.

